

STF unânime condena o núcleo golpista que planejou assassinatos

Divulgação CTB



CTB repudia lei de Tarcísio que fecha a Fundação do Remédio Popular

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em São Paulo (CTB-SP) repudiou a aprovação, pela Assembleia Legislativa (Alesp), do projeto de lei do governador Tarcísio de Freitas que extingue a Fundação para o Remédio Popular (Furp). Para a Central, a Furp “cumpria um papel estratégico na produção e distribuição de medicamentos essenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo mais de 500 municípios paulistas”. **Pág. 5**

Trump “passou horas” com vítima menor “na minha casa”, diz Epstein

Novos e-mails do pedófilo milionário Jeffrey Epstein, divulgados na quinta-feira (13) por deputados democratas, caíram como uma granada no Salão Oval, trazendo à luz as tortuosas ligações entre o criminoso sexual e o presidente Donald Trump, a ponto de um deles registrar que Trump “sabia sobre as garotas” [traficadas]; outro, que “Trump é o cachorro que não latiu” porque “[a vítima] passou horas em minha casa com ele e ele nunca foi mencionado”; e que sabia “quão sujo Trump é”. **Pág. 7**

Tropa de Israel dispara contra força de paz da ONU no Líbano

Forças de paz da ONU estacionadas no sul do Líbano acusam Israel de disparar em uma de suas patrulhas. Em comunicado no domingo (16), a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) informou que tropas israelenses dispararam a partir de um tanque Merkava contra seus soldados, que estavam em patrulha a pé e foram forçados a se proteger após intensos tiros de metralhadora. **Página 6**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

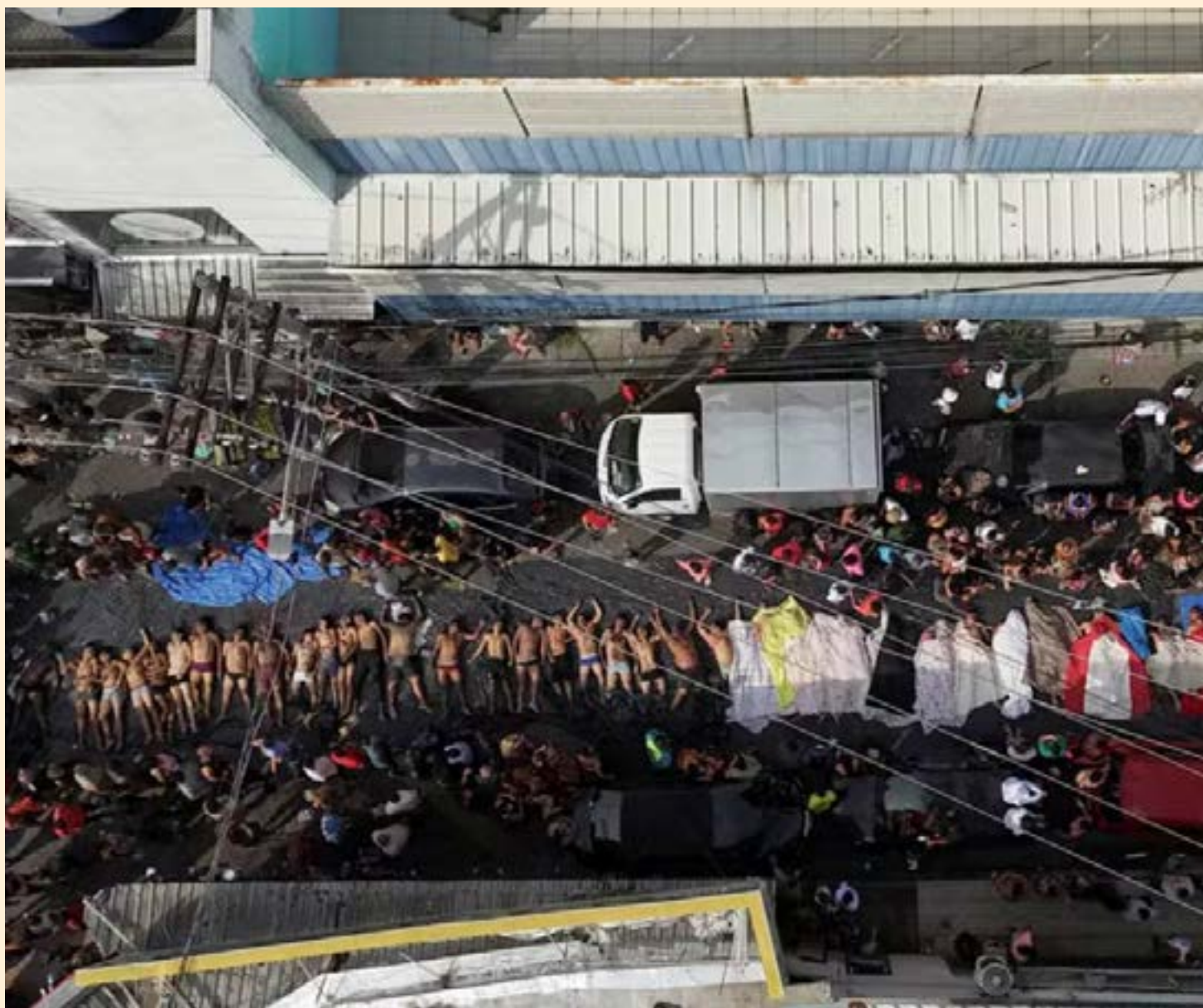
Com penas até 24 anos de prisão, condenados 8 ‘kids pretos’ e 1 policial

A Primeira Turma do STF condenou na terça-feira (18), por unanimidade, 8 militares das Forças Especiais — conhecidos como “kids pretos” — e 1 agente da PF por participação na tentativa de golpe de Estado em 2022 para manter Jair Bolso-

naro (PL) no poder. Também por unanimidade, os ministros absolveram o general Estevam Cals Theophilo por falta de provas, e configurou a primeira absolvição desde o início da análise da trama golpista. As penas variam de 1 ano e 11 meses, em regime aberto, a 24 anos de prisão. **Página 3**

Bolsonaristas estão envolvidos nos crimes do banco Master

Ricardo Moraes - Reuters



Se o esquema financeiro não for desmontado, os cabeças do crime recontratam tantos quanto forem mortos e a insegurança segue crescendo, como acontece no Rio, SP e MG. Bolsonaroistas correram para esvaziar a PF

Câmara aprova lei que protege graúdos do crime organizado

O deputado federal Alencar Santana (PT-SP) denunciou na terça-feira (18) que o texto alternativo do PL Antifacção apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) e aprovado pela Câmara “pro-

tege os chefes do crime organizado ao dificultar o confisco de seus bens”. “A versão do governo permite o uso rápido desses recursos pelas autoridades”, destacou Santana, criticando os empecilhos colo-

cados por Derrite para o arresto dos bens dos criminosos. “O secretário do Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, fez uma verdadeira bagunça, demonstrando despreparo, desconhecimento e uma forte

insegurança naquilo que ele apresenta de proposta”, disse o deputado. “Não dá para entender por que essa tentativa de blindar e proteger os bens dos chefões do crime organizado”, questiona Santana. **P. 3**

A Polícia Federal, aquela mesma que o deputado bolsonarista Guilherme Derrite, tentou esvaziar e manietar, desbaratou, na terça-feira (18), mais uma quadrilha que rouba o país. Desta vez ela impediu, com a Operação Compliance, um golpe bilionário do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, que acabou preso quando se preparava para fugir do país. O governador bolsonarista do DF transferiu R\$ 12,2 bilhões ao banqueiro preso na operação da PF. Ciro Nogueira defendeu a negociata e indicou o chefe do BRB afastado. O governador bolsonarista do Rio injetou R\$ 2,6 bilhões da Rioprevidência no banco fraudulento. **Pág. 3**

Cai a atividade econômica em 0,9% no terceiro trimestre, diz BC

Confirmando vários outros indicadores que vêm registrando a desaceleração da atividade econômica, o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), no terceiro trimestre do ano, veio em queda de 0,9% sobre o trimestre anterior (abril, maio e junho). Em setembro, o recuo foi de 0,24% sobre agosto. **Pág. 2**

Alerta: programa de data centers da Fazenda contraria interesse nacional

Entidades científicas e de engenharia divulgaram notas públicas criticando o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (REDATA), proposto pelo Ministério da Fazenda, e a Política Nacional de Data Centers: “O verdadeiro desenvolvimento digital brasileiro não está em atrair servidores estrangeiros, mas em construir conhecimento, infraestrutura e poder tecnológico próprios”. **P. 4**



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Haddad e o futuro do Brasil, por Paulo Kliass

O abandono do “40 anos em 4” e o extremismo fiscal

A semana passada se encerrou com algumas dúvidas fundamentais a respeito do futuro político do Ministro da Fazenda e das eventuais consequências desse movimento para o futuro do Brasil. Uma das peças mais importantes para analisar esse quadro pode ser encontrada na entrevista que o próprio Haddad concedeu ao Estadão em 14 de novembro. Apesar dos dias anteriores terem sido recheados por notícias em off comentando a respeito da eventual saída do Ministro de seu cargo para os próximos meses, ali ele não acenou com nenhuma hipótese a esse respeito. Ao que tudo indica, Lula gostaria que seu colaborador fosse candidato a alguma coisa nas eleições do ano que vem, mas nada ainda foi confirmado. Caso esse cenário se concretize, Haddad precisaria se desincompatibilizar do posto na Esplanada até abril do ano que vem.

A simples possibilidade de que a posição do principal responsável da área econômica fique vacante já abre espaço para todo o tipo de fofoca e especulação. De um lado, sempre surgem os mais esperançosos por algum tipo de giro à esquerda a ser eventualmente patrocinado por Lula. Esse tipo de expectativa de mudança se mantém no radar e existe ainda antes das eleições de 2022, quando se imaginava que o terceiro mandato seria orientado pelas principais promessas do então candidato. Neste terreno, duas delas chamavam a atenção dos analistas e dos apoiadores do governo a qualquer custo, que mais se assemelham a fanáticos de torcida uniformizada do que a militantes de esquerda com algum pé fincado na realidade concreta.

Em primeiro lugar, Lula dizia que só havia aceito a incumbência de um terceiro mandato porque gostaria de fazer mais e melhor pelo País do que havia realizado ao longo dos dois primeiros mandatos. Ora, caso esse compromisso fosse efetivamente levado a sério, tal postura significaria uma profunda alteração na rota da política econômica implementada desde o golpeachment perpetrado contra Dilma Rousseff em 2016, com a entrada em cena dos governos de Temer/Henrique Meirelles e depois de Bolsonaro/Paulo Guedes. Para que o período 2023/26 fosse marcado por uma gestão melhor e com mais realizações do que entre 2003/10, o fundamental seria uma reversão na esfera da economia para buscar o caminho do desenvolvimento econômico, social e ambiental, com recuperação do protagonismo do Estado no processo econômico.

LULA PROMETE MAS NÃO CUMPRE

Em segundo lugar, Lula se inspirou no mote da campanha e do governo de Juscelino Kubitschek (JK) há sete décadas atrás. A época em que o mandato presidencial em nossas terras era quinquenal, JK prometera fazer “50 anos em 5”. Realmente foi um período marcado por mudanças profundas e bastante simbólicas em nossa sociedade, que iam desde a “revolucionária” mudança da capital da República do Rio de Janeiro para Brasília até a estruturação do parque da indústria automobilística, para ficar apenas em duas delas. Pois Lula anunciou que iria realizar “40 anos em 4” em sua terceira passagem pelo Palácio do Planalto, sabendo da imagem forte que tal promessa cumpriria junto ao eleitorado. Ora, assim como no compromisso mencionado anteriormente, caso o Presidente realmente estivesse com o desejo político de efetivar esse bordão de campanha, os rumos da política econômica também deveriam ser outros. Continua: <https://horadopovo.com.br/haddad-e-o-futuro-do-brasil-por-paulo-kliass/>

***Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Atividade econômica recua 0,9% no terceiro trimestre, aponta BC



Foto: Divulgação

Embraer recebe encomendas de 20 aviões da Costa do Marfim e da Suíça

A fabricante brasileira de aeronaves, a Embraer, divulgou nesta segunda-feira (17) que recebeu pedidos de aquisições de aviões das companhias aéreas da Costa do Marfim (Air Côte d'Ivoire) e da Suíça (Helvetic Airways). A Air Côte d'Ivoire solicitou quatro aeronaves E175 da Embraer, com direito de compra para oito aeronaves adicionais. Já a Helvetic Airways fez um novo pedido para três jatos Embraer E195-E2, com direitos de compra adicionais para cinco aeronaves.

O presidente da companhia aérea da Costa do Marfim, Laurent Loukou, considerou que “este pedido marca um passo significativo em nossa estratégia de desenvolvimento de frota”.

“O Embraer E175 é perfeitamente adequado às nossas ambições domésticas e regionais, e sua capacidade

se adapta ao tamanho dos mercados africanos. Seu desempenho e conforto nos permitirá oferecer uma experiência superior ao passageiro, ao mesmo tempo em que apoia nosso crescimento e o desenvolvimento do hub de Abidjan”, comentou Loukou.

O início da entrega das aeronaves está previsto para o primeiro semestre de 2027. Atualmente, a Embraer tem 250 aeronaves na África, sendo operadas por 56 diferentes companhias.

Por sua vez, o presidente da Helvetic Airways, Tobias Pogorevc, disse que os suíços estão “orgulhosos de aprofundar nossa parceria com a Embraer com este novo pedido para o E2”.

“O E195-E2 é a aeronave ideal para nossa malha aérea, oferecendo eficiência de combustível excepcional, baixas emissões de ruído e uma experiência de alta qualidade

aos nossos passageiros”, destacou. “Este pedido apoia tanto a estratégia para a nossa frota moderna quanto às metas de sustentabilidade da companhia, enquanto mantém nossa flexibilidade operacional em toda a Europa”, completou Pogorevc.

A Embraer informou que a primeira aeronave deve ser entregue no final do próximo ano.

“A Helvetic Airways encomendou o E2 pela primeira vez em 2018, com um pedido firme para 12 E190-E2s, incluindo direitos de conversão para o E195-E2. A companhia aérea atualmente opera”, destacou a empresa. “Com este novo pedido, a Helvetic Airways reafirma sua liderança na aviação regional sustentável, ao investir na tecnologia avançada e na experiência aprimorada oferecida aos passageiros pelo E2”.

PF prende dono do banco Master envolvido em fraude de R\$ 12 bi

O dono do banco Master, Daniel Vorcaro, foi preso pela Polícia Federal, que deflagrou, nesta terça-feira (18), a Operação Compliance Zero, com o objetivo de combater a emissão de títulos de crédito falsos por instituições financeiras. Vorcaro é suspeito de praticar os crimes de gestão fraudulenta, gestão temerária, organização criminosa. Vorcaro foi preso na noite de segunda-feira (17), por volta das 22h no Aeroporto de Internacional de Guarulhos, ao tentar deixar o Brasil.

A prisão do banqueiro ocorreu algumas horas após o consórcio liderado pelo grupo de investimento Fictor Holding Financeira anunciar a compra do Banco Master. Antes, Vorcaro tentou repassar o banco que enfrenta risco de falência para o Banco de Brasília (BRB), que o manteria na administração. No entanto, o negócio foi rejeitado pelo Banco Central (BC).

Também no âmbito desta operação, o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, foi afastado do cargo por decisão judicial, pelo prazo de 60 dias. Costa se encontra nos Estados Unidos, de acordo com informações do Governo do Distrito Federal, gerido por Ibaneis Rocha (MDB). O presidente afastado do BRB foi indicado pelo senador Ciro Nogueira (PP-Pi), que esteve envolvido na tentativa de venda do Banco Master ao BRB.

A cúpula do Banco Master, junto com a do BRB, é suspeita de ter fabricado pelo menos 20 títulos de créditos falsos, entre janeiro e maio de 2025, com o fim de justificar a transferência de R\$ 12,2 bilhões do banco estatal de Brasília para o Master, segundo o Blog da Malu Gaspar, do O Globo, uma leva desses títulos, “fal-



Foto: Banco Master

Daniel Vorcaro foi preso ao tentar deixar o país

sificações grosseiras”, foi toda autenticada em um único dia e em um único cartório de São Paulo, se deu após o BC ter pedido acesso aos documentos da operação.

O diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirma que foi apreendido na Operação Compliance a soma de R\$ 1,6 milhão (dinheiro em espécie) na casa de um dos investigados.

“Estamos fazendo uma operação importante, com o Banco Central e o Coaf atuando em conjunto, em um crime contra o sistema financeiro. Fala-se em R\$ 12 bilhões envolvendo esse crime em investigação, com várias prisões”, afirma Andrei, ao participar nesta manhã da primeira audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, que investiga organizações criminosas. “Não sei quanto vamos conseguir bloquear. Sei que já em dinheiro apreendemos na residência de um investigado R\$ 1,6 bilhão em dinheiro nessa operação de hoje”, comentou.

A soma bilionária foi encontrada na residência de Augusto Lima, ex-sócio do banqueiro Daniel Vorcaro. Além deste, outros quatro

diretores do banco Master foram presos.

No total, a PF cumpriu cinco mandados de prisão preventiva, dois mandados de prisão temporária e 25 mandados de busca e apreensão, além de medidas cautelares diversas da prisão, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e no Distrito Federal.

Nesta terça-feira (18) também foram presos: Luiz Antônio Bull, diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia; Alberto Felix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria; Angelo Antônio Ribeiro da Silva, consta como um dos sócios do banco.

No BRB, ainda, o diretor-executivo de finanças e controladoria do BRB, Dario Oswaldo Garcia Junior, também foi afastado do cargo.

Também nesta manhã, o Banco Central divulgou que colocou o Banco Master sob administração especial temporária (com prazo de até 120 dias) e decretou a liquidação extrajudicial de seus bens, com o fim de pagar dívidas de correntistas e investidores do conglomerado financeiro. Dados oficiais apontam que o banco teria R\$ 86,396 bilhões em ativos.

Vendas do comércio caem em setembro

Sob efeito dos juros elevados e alta inadimplência das famílias, as vendas do comércio varejista voltaram a cair em setembro deste ano, em queda de -0,3%, após ficarem estagnadas em agosto (0,1%), de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada na quinta-feira (13), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em setembro, seis dos oito setores do comércio marcaram recuos em suas vendas.

Esses resultados vêm depois de o setor ter encadeado uma série de resultados ruins em abril (-0,3%), maio (-0,4%), junho (-0,1%) e julho (-0,2%). No ano, o varejo acumula crescimento de 1,5%.

Queda vem em linha com os juros elevados e afetou Agropecuária (-4,5%), Indústria (-1%) e Serviços (-0,3%), segundo o IBC-Br

Confirmando vários outros indicadores que vêm registrando a desaceleração da atividade econômica no Brasil, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), no terceiro trimestre do ano, veio em queda de 0,9% sobre o trimestre anterior (abril, maio e junho). Em setembro, o recuo foi de 0,24% em relação a agosto.

O IBC-Br é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), medida oficial da soma de todas as riquezas produzidas pelo país em determinado período, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a ser divulgado em dezembro próximo.

De janeiro a setembro o índice se mantém em alta de 3% sobre o mesmo período de 2024, mas o “mercado” estima que até o final do ano o crescimento do PIB será de 2,16% contra os 3,4% no ano passado, com uma desaceleração mais acentuada para 1,78% em 2026. Os dados foram informados pelo BC nesta segunda-feira (17). É a primeira contração da economia trimestral em dois anos.

O recuo da atividade econômica no trimestre se deu nos três setores da economia pesquisados pelo BC, sendo o maior deles na Agropecuária com - 4,5%; a Indústria veio com -1% e Serviços: -0,3%.

Esses resultados estão em linha com a política monetária imposta pelo BC de manter a Selic, taxa básica de juros da economia, nas alturas, ao nível de 15% ao ano desde junho de 2025, o maior patamar em quase 20 anos, resultante da última escalada dessas taxas desde os 10,5% de maio de 2024, com o propósito declarado de retrain a atividade da

economia.

Por que a política do BC pretende derrubar o crescimento da economia a ponto de projetar um crescimento pífito para 2026 em 1,78%, quando a inflação está controlada, impondo ao setor produtivo e às famílias brasileiras o maior juro real do mundo, “por período bastante prolongado”, arrojando os investimentos, o consumo e comprometendo os salários e a renda com dívidas junto a bancos?

Em recente pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 80% das empresas industriais apontam a taxa de juros elevada como principal dificuldade para o crédito de curto prazo. No caso de acesso a financiamento de longo prazo, a Selic foi apontada como principal barreira por 71% dos empresários.

SELIC FREIA ECONOMIA

“A Selic tem freado a economia”, declarou Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), quando da decisão do Copom de manter a Selic nos 15%, no dia 5 de novembro.

“A taxa de juros atual traz custos desnecessários, ameaçando o mercado de trabalho e, por consequência, o bem-estar da população. Além disso, o Brasil segue com a segunda maior taxa de juros real do mundo, penalizando duramente o setor produtivo”, afirmou Alban.

O Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), fechou outubro com percentual bastante baixo de 0,09%. No acumulado no ano de 2025 até esse momento é de 3,73%, e o IPCA acumulado de 2024 foi de 4.83%.

Petrobrás faz nova descoberta de óleo excelente na Bacia de Campos

Bloco Tartaruga Verde é operado 100% pela estatal

A Petrobrás anunciou nesta segunda-feira (17) nova descoberta de petróleo de alta qualidade na Bacia de Campos. O poço, da camada pós-sal, foi localizado no bloco Sudoeste de Tartaruga Verde, a 100 quilômetros de Campos dos Goytacazes (RJ). O bloco é operado 100% pela Petrobrás.

Segundo a estatal, a perfuração já foi concluída e as primeiras análises confirmaram a “presença de petróleo de excelente qualidade”. O material vai para análise laboratorial que estimará o potencial de produção do poço.

“A perfuração desse poço já foi concluída, tendo intervalos portador de petróleo sido constatado através

de perfis elétricos, indícios de gás e amostragem de fluido”, afirma a estatal em comunicado.

A Bacia de Campos, onde o bloco está localizado, é uma área marítima localizada entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo que abriga algumas das principais descobertas de reservatórios de petróleo recentes. E uma área estratégica para a Petrobrás, por concentrar parcela significativa da produção nacional. Ali estão vários poços da área pré-sal, como é chamado o petróleo de águas profundas que concentra grande volume de óleo de alta qualidade, cuja tecnologia de extração também foi desenvolvida pela Petrobrás.



Bloco Tartaruga Verde na Bacia de Campos. Divulgação

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Derrite lê o seu relatório pró-facções Câmara aprova lei que beneficia os chefões do crime organizado

O substitutivo do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) apresentado ao projeto de lei encaminhado pelo governo federal foi aprovado na noite da terça-feira (18) pela maioria dos integrantes da Câmara dos Deputados. O parecer do parlamentar teve o apoio de 370 parlamentares, contra 110 votos.

O projeto original, de autoria do governo Lula, pretende modernizar o marco legal brasileiro de enfrentamento às organizações criminosas, aí incluídas as chamadas milícias, promovendo alterações em seis normas em vigor, quais sejam: a Lei das Organizações Criminosas (L. 12.850/2013), o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei dos Crimes Hediondos (L. 8.072/1990), a Lei de Prisão Temporária (L. 7960/1898) e a Lei de Execução Penal (L. 7210/1984).

Derrite, liberado por Tarcísio de Freitas da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo para assumir o mandato e proteger os cabeças e financiadores do crime organizado e enfraquecer o papel da Polícia Federal (PF), apoiado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), como relator, chegou a apresentar seis versões de seu substitutivo, recuando em vários aspectos, pelos retrocessos que representavam.

Sob o falacioso e eleitoreiro pretexto de dar um tratamento penal mais rigoroso para a modalidade qualificada como crime organizado, o texto aprovado permite definições genéricas e ambíguas, abrindo espaço excessivo para interpretações ou distorções, o que pode provocar uma verdadeira balbúrdia jurídica, em razão da criação de um novo marco legal, que pode representar um presente às facções criminosas e seus defensores nos tribunais.

A deputada Jandira Feghali, diante desse cenário, reagiu em suas redes sociais e escreveu:

“Fui chamada a Brasília para discutir o PL Antifacção me causou estranhamento ver a relatoria entregue ao secretário de Segurança de São Paulo, que em apenas uma hora apresentou um texto que deturpa o projeto sólido enviado pelo governo Lula. Não aceitarei misturas perigosas entre crime organizado e terrorismo, nem a criação de tipos penais absurdos que fragilizam a lei e ameaçam direitos. Estou aqui para defender um projeto sério, eficaz e alinhado ao Estado Democrático de Direito”.

BALBÚRDIA

A última versão de Derrite, a aprovada pela Câmara, modifica substancialmente a proposta originalmente encaminhada pelo governo, embora com uma derrota para os bolsoneiros: Hugo Motta, liminarmente, em parecer lido no plenário, recusou qualquer destaque ao texto que recuperasse a equiparação dos crimes praticados das facções criminosas às práticas de terrorismo, por não ser o objeto do projeto original, algo muito acalentado pelos que, como o foragido Eduardo Bolsonaro, são obcecados para facilitar uma “intervenção estrangeira” no Brasil, no caso, dos EUA de Trump.

O projeto original do governo pretendia instituir um tratamento penal mais rigoroso para a modalidade qualificada de organização criminosa. No entanto, diferentemente dessa proposta, que traz uma definição clara e objetiva do que seriam as organizações criminosas qualificadas, Derrite resolveu estabelecer uma tipificação anômala para esse crime.

O substitutivo aprovado também prevê uma lista de dezenas de condutas que, isolada ou conjuntamente, pode caracterizar o crime das organizações criminosas, utilizando, no art. 2º, uma fórmula totalmente estranha à técnica legislativa do Direito Penal brasileiro, segundo especialistas.

(Texto completo em www.horadopovo.com.br)

MARCO CAMPANELLA

Vieira relatará PL Antifacção de Lula no Senado, diz Alcolumbre

Depois da lambança feita pelo deputado bolsonarista, Guilherme Derrite (PP-SP), que deturpou o projeto do governo Lula de combate às facções criminosas, o senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado, afirmou, na terça-feira (18), que a relatoria do projeto que tramitará em breve na Casa será ocupada pelo senador Alessandro Vieira.

Segundo Alcolumbre, a escolha é para evitar a contaminação política do projeto. Derrite usou o seu relatório, aprovado na Câmara dos Deputados na noite de terça-feira (18), para tentar esvaziar a atuação da Polícia Federal e dificultar o estrangulamento econômico das facções criminosas. Um dos artigos de seu relatório dificultava abertamente o arresto de bens dos criminosos por parte da Justiça e da Polícia. A medida foi vista como uma ajuda importante de Derrite aos líderes do

crime organizado.

Outra medida favorável aos criminosos foi o esvaziamento do Funad, o Fundo Nacional Antidrogas. O deputado bolsonarista impediu que os recursos obtidos durante as investigações abastecessem esse fundo. A PF considera esse esvaziamento do Funad uma tentativa de enfraquecer a ação da PF. A medida, defendida por Derrite, deve ter sido muito bem recebida pela cúpula do crime organizado.

Especialistas afirmam que a recusa por parte do deputado bolsonarista em tipificar o crime de “facção criminosa” é outro benefício aos chefões do crime que farão questionamentos sobre a existência de mais de uma legislação. No chamado “marco legal de combate ao crime organizado”, Derrite trata sobre as condutas de “organização criminosa ultraviolenta”, “milícia privada” ou “grupo paramilitar”.

STF condena núcleo golpista do plano para assassinar Lula

Antonio Augusto/STF



Bolsonaristas Ibaneis, Ciro Nogueira e Cláudio Castro envolvidos nas falcatruas e crimes do Banco Master

A Polícia Federal, aquela mesma que o deputado bolsonarista Guilherme Derrite, tentou esvaziar e manietar, desbaratou, na terça-feira (18), mais uma quadrilha que rouba o país. Desta vez ela impediu, com a Operação Compliance, um golpe bilionário do dono do Banco Master, Daniel Vorcara, que acabou preso quando se preparava para fugir do país num jato particular no Aeroporto de Guarulhos. O sócio dele, Augusto Lima, também foi detido. Além destes, outros três diretores do banco Master foram presos.

Segundo a Polícia Federal, também foram apreendidos carros de luxo, obras de arte e relógios. Ao todo, seis pessoas foram presas até o momento. Somente na casa de Augusto Lima a PF encontrou R\$ 1,6 milhão em dinheiro vivo. Na noite anterior à prisão, o banqueiro tentou despistar a Polícia Federal anunciando que tinha vendido o Banco Master para o grupo Fictor Holding Financeira, uma empresa dos Emirados Árabes Unidos. Não houve tempo. Com a liquidação do banco, o negócio foi automaticamente suspenso.

Entre os crimes do Master estão gestão fraudulenta, gestão temerária e organização criminosa. No final de março deste ano, o Banco de Brasília (BRB), de responsabilidade do governo bolsonarista de Ibaneis Rocha, se propôs a pagar R\$ 2 bilhões por 58% do Master e ainda deixar o controle na mão dos atuais donos. Na prática, a operação foi vista como um salvamento, já que o Master tinha sérios problemas de liquidez. Na ocasião, o BC impediu que o Banco Regional de Brasília (BRB) participasse da operação.

As investigações da PF, que levaram à prisão de Daniel Vorcara, descobriram que a cúpula do Banco Master, junto com a do BRB, “fabricaram” pelo menos 20 títulos de créditos consignados que nunca existiram para justificar uma transferência de R\$ 12,2 bilhões do banco estatal de Brasília para o Master, entre janeiro e maio de 2025.

Agências: Brasil, Senado e Brasília



Ibaneis Rocha, Ciro Nogueira e Cláudio Castro

Num primeiro momento, a tentativa de encobrir a fraude se deu com a apresentação de contratos de crédito consignado. A investigação mostrou que, para tentar comprovar ao BC que as carteiras de crédito consignado supostamente compradas do Master efetivamente existiam, o BRB apresentou ainda 100 contratos de crédito consignado com pessoas físicas que nunca foram feitos de verdade, todos também autenticados numa mesma data de 2025.

Os diretores do BRB, banco de responsabilidade do bolsonarista de Ibaneis Rocha, também foram atingidos pela operação da PF. O presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, foi afastado do cargo por decisão judicial, pelo prazo de 60 dias. Costa, que se encontra nos EUA, coincidentemente foi indicado por outro bolsonarista, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que esteve envolvido diretamente nas tratativas para a venda do Banco Master ao BRB. Quando o BC breiou a negociata, Ciro tentou demitir o diretor do BC porque este havia impedido a venda.

Como se não bastasse, aparece agora mais um bolsonarista envolvido nas falcatruas do Master. O governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro, autorizou que o Rioprevidência, fundo responsável pela previdência dos servidores do estado, fosse o único investidor dos fundos paralelos criados pelo Banco Master e suas empresas ligadas. Documentos do Tribunal de Contas do Estado mostram que o Rioprevidência, fundo responsável pelo paga-

mento de aposentadorias e pensões de 235 mil servidores, aplicou R\$ 2,6 bilhões em fundos do grupo liderado pelo Banco Master. O Rioprevidência rebate, dizendo que foi apenas R\$ 1 bilhão.

O jornalista e ex-secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Capelli, destaca as figuras políticas envolvidas no escândalo do BRB e Master. “O Banco Master vinha em sérias dificuldades, fazendo operações suspeitas no mercado financeiro. Todo o sistema acompanhava”, afirmou. “A explosão do caso”, diz, “só não ocorreu antes porque houve uma tentativa de salvar o banco por meio da fusão com o Banco de Brasília (BRB), operação barrada pelo Banco Central. Se aquela ação tivesse sido concretizada, eles iam quebrar o BRB”, denunciou. Capelli chamou de operações fraudulentas e responsabilizou o governo do DF.

O diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirma que foi apreendido na Operação Compliance a soma de R\$ 1,6 milhão (dinheiro em espécie) na casa de um dos investigadores. “Estamos fazendo uma operação importante, com o Banco Central e o Coaf atuando em conjunto, em um crime contra o sistema financeiro. Fala-se em R\$ 12 bilhões envolvendo esse crime em investigação, com várias prisões”, afirma Andrei. “Não sei quanto vamos conseguir bloquear. Sei que já em dinheiro apreendemos na residência de um investigado R\$ 1,6 milhão em dinheiro nessa operação de hoje”, comentou Andrei.

O banqueiro falsário preso, Daniel Vorcara, é também muito próximo do João Carlos Mansur, da financeira Reag, arapuca que foi investigada na Operação Carbono Oculto por suspeita de ligações com o PCC. O Banco Master abrigava fundos da Reag. A investigação policial que atingiu a Reag é considerada uma das maiores já realizadas contra o PCC, envolvendo fraudes, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro em fundos de investimento e fintechs. Há quem ligue os recentes ataques dos bolsonaristas, inclusive do relator Guilherme Derrite, à Polícia Federal aos resultados das Operação Carbono Oculto, que atingiu a cúpula do crime orga-

Decisão foi unânime da Primeira Turma do STF. Núcleo dos “kids pretos” arquitetou plano para matar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes. Receberam penas de até 24 anos

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal), condenou na terça-feira (18), por unanimidade, 8 militares das Forças Especiais — conhecidos como “kids pretos” — e 1 agente da PF (Polícia Federal) por participação na tentativa de golpe de Estado de 2022 para manter Jair Bolsonaro (PL) no poder.

Trata-se, segundo a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) do “núcleo 3”.

Também por unanimidade, os ministros absolveram o general Estevam Cals Theophilo por falta de provas, e configurou a primeira absolvição desde o início da análise da trama golpista.

As penas variam de 1 ano e 11 meses, em regime aberto, a 24 anos de prisão, em regime fechado. O grupo deverá pagar ainda R\$ 30 milhões de indenização solidária, pelos danos causados às sedes dos Três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário.

Votaram com o relator, Alexandre de Moraes, os ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino, presidente da Turma.

NÚCLEO MILITAR

Segundo a PGR, o núcleo militar era responsável pelas “iniciativas mais violentas” da organização criminosa. Usando conhecimento tático especializado, o grupo buscava criar caos social, neutralizar autoridades e garantir condições para decretar medidas de exceção.

A denúncia aponta que o grupo chegou a planejar — ainda que sem execução — a morte do presidente Lula (PT), o vice Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro Alexandre de Moraes, além de tentar operar os chamados Planos Punhal Verde-Amarelo e Copa 2022.

O objetivo era matar estas autoridades.

Para a maioria dos ministros, houve intenção clara de golpe, frustrada pela falta de adesão do Alto Comando das Forças Armadas.

GENERAL ABSOLVIDO

A absolvição do general Theophilo ocorreu porque as únicas evidências contra ele eram a delação de Mauro Cid e mensagens no celular do próprio militar.

Embora o encontro entre Bolsonaro e o general tenha sido confirmado, ambos negaram conteúdo golpista.

Moraes afirmou que não é possível condenar apenas com prova produzida por colaborador, sem confirmação independente, e citou jurisprudência pacífica sobre dúvida razoável.

ENTENDIMENTO

Moraes reforçou que as provas contra os demais militares são “fartas” e demonstram que eles integraram núcleo estratégico já condenado em outros julgamentos, incluindo o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro e generais de alta patente.

Cármen Lúcia lembrou que tentativas de ruptura institucional no Brasil, historicamente, surgiram das bases militares, não da cúpula. Flávio Dino afirmou que o País chegou “à beira do precipício” e classificou os planos como de “altíssima reprovabilidade penal”.

Os ministros também reba-teram o argumento de que, por não estarem em Brasília no

8 de janeiro, os militares não poderiam ser responsabilizados. Para o STF, o golpe “não é um retrato, é um filme”.

Isto é, não se trata de ações ou inações isoladas que desfecharam a trama, que culminou com o 8 de janeiro de 2023. Até porque, tudo começou ainda em 2022, ainda, sob Bolsonaro no comando da Nação.

QUEM FOI CONDENADO Condenações integrais – regime inicial fechado:

- Hélio Ferreira Lima (TC) – 24 anos;
- Rafael Martins de Oliveira (TC) – 21 anos;
- Rodrigo Bezerra de Azevedo (TC) – 21 anos;
- Wladimir Matos Soares (PF) – 21 anos, com perda do cargo;
- Fabrício Moreira de Bastos (cel.) – 16 anos;
- Bernardo Romão Corrêa Netto (cel.) – 17 anos; e
- Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (TC) – 17 anos.

Condenações mais brandas – com possibilidade de acordo:

- Ronald Ferreira de Araújo Júnior (TC) – 1 ano e 11 meses; e
- Márcio Nunes de Resende Júnior (cel.) – 3 anos e 5 meses

Absolvido:

- Estevam Cals Theophilo (geral da reserva)

PRÓXIMOS PASSOS

Publicação do acórdão – STF irá publicar o acórdão, documento que consolida votos, fundamentos e resultado do julgamento. Só após essa publicação começam a correr os prazos para novos recursos.

Possíveis recursos dos réus

-Condenados podem apresentar: Embargos de Declaração – recursos. Servem para pedir esclarecimentos sobre eventuais omissões, contradições ou obscuridades no acórdão. *Não alteram o mérito*, salvo situações excepcionais.

Habeas Corpus – Defesas podem tentar levar questionamentos procedimentais ou constitucionais às demais instâncias do STF.

Execução das penas -Após o fim dos recursos internos:

- Réus com penas em regime fechado serão conduzidos ao cumprimento imediato.
- Agente da PF condenado perderá formalmente o cargo após trânsito em julgado.
- Réus com penas brandas poderão negociar Acordo de Não-Persecução Penal com o Ministério Público, caso confessem.

Cobrança da indenização – O valor de R\$ 30 milhões fixado como indenização solidária será executado:

- Via procedimentos de bloqueio de bens, contas e patrimônios; e
- De responsabilidade conjunta dos 9 condenados.

Prosseguimento de outros núcleos da trama golpista – O julgamento do núcleo militar é parte de uma série de processos: Primeira Turma e o plenário ainda têm dezenas de réus pendentes.

Efeitos institucionais e militares – As sentenças podem repercutir em conselhos disciplinares internos das Forças Armadas. Os militares condenados em regime fechado tendem a perder patente e posto, em processo posterior.

Embraer inova e lança caça Super Tucano capaz de abater drones

A Embraer, uma das empresas líderes da indústria aeroespacial mundial, anunciou na terça-feira (11), a ampliação das missões do Super Tucano A-29 ao adicionar o combate a ameaças modernas não tripuladas de forma eficaz e acessível. E o caça brasileiro com capacidade de abater drones, instrumento militar cada vez mais utilizado nas guerras contemporâneas.

Aproveitando os recursos operacionais do A-29 e novos sensores, incluindo “datalinks” específicos para receber coordenadas iniciais e direcionamento de alvos, o sensor Eletro-Óptico/Infravermelho (EO/IR) para rastreamento e designa-

ção a laser, os drones são detectados. Os sensores da aeronave recebem as coordenadas iniciais do alvo e, a partir disso, o sistema eletro-óptico/infravermelho é acionado para localizar o drone.

Com o alvo designado, o piloto pode realizar o disparo com foguetes guiados a laser ou com as metralhadoras.50 instaladas nas asas, capazes de neutralizar sistemas aéreos não tripulados. O Conceito Operacional (CONOPS) definido pela Embraer permitirá que operadores atuais e futuros do A-29 adicionem missões de combate a Sistemas Aéreos Não Tripulados (SANTS) aos seus perfis operacionais sempre que necessário.

Importação de data centers contraria interesses nacionais

“Desenvolvimento digital brasileiro não está em atrair servidores estrangeiros, mas em construir conhecimento, infraestrutura e poder tecnológico próprios”, destacam as entidades científicas e de engenharia

Entidades científicas e de engenharia divulgaram nesta semana notas públicas criticando o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (REDATA), proposto pelo Ministério da Fazenda, e a Política Nacional de Data Centers. Os documentos alertam que as medidas colocam em risco a soberania digital e energética do Brasil, além de favorecerem grandes corporações estrangeiras com benefícios fiscais e quase nenhuma contrapartida em tecnologia, inovação ou geração de empregos.

A nota conjunta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC) e Sociedade Brasileira de Computação (SBC) afirma que o programa “oferece energia limpa, território e incentivos fiscais, sem exigir contrapartidas compatíveis com o interesse público e com uma estratégia nacional de dados, enquanto o controle dos dados, as tecnologias e os lucros permanecem fora de suas fronteiras”.

As entidades destacam que o REDATA contraria diretrizes do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), elaborado pelo próprio governo, que defende o desenvolvimento de “data centers nacionais, verdes e descentralizados, sob jurisdição brasileira”.

O Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (REDATA) prevê isenções de PIS, Cofins e IPI a empresas que instalem data centers no Brasil, mesmo que mantenham o controle das operações e dados em outros países. O modelo é apontado como uma tentativa de atrair investimentos do setor, mas, para as entidades científicas e de engenharia, representa um retrocesso estratégico e um risco direto à autonomia tecnológica do país.

De acordo com o documento, “o REDATA, ao contrário, caminha na direção oposta: transfere infraestrutura crítica para grandes plataformas estrangeiras, oferecendo-lhes benefícios fiscais expressivos e reduzidas exigências de contrapartida”. O texto descreve o modelo como “um colonialismo digital, que reproduz dependência tecnológica e compromete a capacidade do país de inovar, regular e proteger seus próprios cidadãos”.

Para as instituições, “o Brasil pode e deve liderar uma transição digital verde e soberana”, e essa liderança passa por investir em ciência, tecnologia e infraestrutura próprias. “Com uma das matrizes elétricas mais limpas do planeta — baseada em energia hidrelétrica, eólica e solar —, o Brasil reúne condições únicas para desenvolver uma infraestrutura nacional de computação verde, sustentável e sob controle público”, diz o texto.

Segundo o manifesto, “o ver-

dadeiro desenvolvimento digital brasileiro não está em atrair servidores estrangeiros, mas em construir conhecimento, infraestrutura e poder tecnológico próprios, capazes de garantir autonomia, inovação e segurança aos cidadãos e ao Estado”.

As entidades ainda reforçam que “soberania digital e soberania energética são inseparáveis: o país que não controla seus dados, suas redes e seus algoritmos não controla o seu futuro”, e concluem: “O Brasil tem o que o mundo precisa: energia limpa, inteligência e território. Cabe escolher se seremos donos da nuvem ou apenas o chão onde ela se apoia.”

“POLÍTICA POUCO SOBERANA”

Em nota divulgada dias depois, as entidades representativas da engenharia brasileira — entre elas o Clube de Engenharia do Brasil, a Confederação Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação (ConTIC), a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE), a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e o Movimento Engenharia pela Democracia (EngD) — também manifestaram “profunda preocupação com os rumos da política de infraestrutura digital brasileira”.

No texto, as organizações afirmam que o REDATA e a Política Nacional de Data Centers “caminham na contramão não apenas da soberania digital, mas do desenvolvimento tecnológico e da capacitação da Engenharia Nacional”.

As entidades lembram que a engenharia brasileira “já demonstrou sua competência no projeto e realização de grandes obras de infraestrutura, na aeronáutica e espacial, naval, na geologia, mineração, energia, petróleo e gás, agronomia e arquitetura”, mas tem sofrido “duros golpes pela inexistência de políticas públicas que a protejam e a recolocuem no centro do desenvolvimento da Nova Indústria Brasil”.

A nota critica o que chama de “política de abertura indiscriminada, pouco soberana e de profundo predomínio dos interesses das grandes corporações, das Big Datas e Big Techs, que atuam em prejuízo dos interesses da Nação e da Engenharia Nacional”.

O manifesto também faz uma comparação com políticas internacionais: “Enquanto outras grandes nações e blocos controlam a livre circulação de dados ou a condicionam a regras rigorosas, exigem transferência de tecnologia e conteúdo local, e vinculam a operação a padrões rigorosos de eficiência energética, o Brasil oferece benefícios fiscais generosos por contrapartidas mínimas.”



Agência Brasil

“Brasil precisa de soberania digital já!”, defendeu

“Colonialismo digital”, alerta deputado Orlando Silva sobre programa que privilegia data centers estrangeiros

O deputado federal Orlando Silva criticou, esta semana, o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (REDATA), proposto pelo Ministério da Fazenda, e a Política Nacional de Data Centers, destacando a importância da “soberania digital e tecnológica” para o desenvolvimento do país.

Para o deputado, “data center estrangeiro gastando nossa água, nossa energia e levando nossos dados é colonialismo digital”.

“O Brasil precisa de soberania digital e tecnológica, transparência e controle dessa infraestrutura por nossas leis,

não de multinacionais decidindo nosso futuro”, alertou Orlando Silva. “Soberania Digital já!”, disse.

O REDATA, que prevê isenções de impostos como PIS, Cofins e IPI a empresas que instalem data centers no Brasil, mesmo que mantenham o controle das operações e dados em outros países, foi criado para incentivar a instalação e ampliação de datacenters no Brasil, mas vem recebendo críticas de diversos setores, como entidades científicas e de engenharia, que divulgaram esta semana um manifesto afirmando que a medida “contraria os interesses nacionais”.



Reprodução

Entidades destacam que REDATA contraria diretrizes do Plano Brasileiro de IA

Tarcísio desqualifica diplomas para justificar desmonte da Educação, denunciam sindicatos

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) divulgou uma nota de repúdio após o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, desqualificou a importância do diploma durante um evento na capital paulista nesta semana. “A CTB-SP manifestou seu veemente repúdio às declarações do governador Tarcísio de Freitas, feitas nesta quinta-feira (13), durante evento de Educação, nas quais afirmou que ‘o diploma tem cada vez menos relevância’”, afirma trecho do manifesto.

A declaração de Tarcísio ocorreu em encontro voltado à expansão do Ensino Médio Técnico no estado, às vésperas do segundo dia de provas do Enem. No evento, o governador argumentou que “o diploma tem cada vez menos importância” e que o mercado de trabalho estaria mais atento às competências individuais do que à formação acadêmica. “O mercado está cada vez mais interessado em saber quais são suas habilidades e menos interessado em onde você se formou. O mercado quer saber cada vez mais: você consegue se comunicar? Você se comunica bem, porque o bom gerente é aquele que se comunica 95% do tempo dele”, disse.

Para a CTB, esse posicionamento desconsidera e desqualifica o papel da educação no país. “Ao desqualificar a formação acadêmica e técnica, o governador ataca frontalmente o papel da educação pública, das universidades, dos institutos federais, das escolas técnicas, dos professores e de todos os trabalhadores e trabalhadoras que dedicam suas vidas ao estudo e ao conhecimento”, continua a nota. A entidade reforça que se trata de uma “visão perigosa, que naturaliza o



“Diploma tem cada vez menos importância”

desmonte das políticas educacionais, fragiliza a valorização profissional e reforça um modelo de sociedade que aprofunda desigualdades”.

O presidente do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial (UDEMO), Chico Poli, também condenou as declarações. Para ele, um chefe do Executivo estadual não deveria desprezar a formação escolar. “Um governador de Estado, do Estado mais desenvolvido do país, falar um absurdo desse, dizendo claramente o seguinte: ‘diploma não vale nada!’. Ele teria que falar o contrário, ou seja, incentivar todas as crianças, todos os jovens a buscarem realmente as escolas, as universidades, educação superior, além da educação fundamental, do ensino básico, para tentar realmente melhorar a sua qualidade de vida”, afirmou.

Chico classificou a postura como negacionista e reducionista. “Se não for exatamente para aplicação do diploma, [a formação serve] para melhorar a sua qualidade de vida em termos de entender melhor o mundo. Isso aí tem

uma influência grande na própria saúde, na segurança. Quer dizer, (Tarcísio) é um negacionista, realmente um ogro, falar um absurdo desse”, criticou. Ele retomou o argumento da CTB ao reforçar que “o mercado de trabalho não se constrói apenas com ‘habilidades práticas’, mas com formação sólida, investimento público em educação e condições dignas de estudo e trabalho”.

As críticas foram reforçadas por Fábio de Moraes, primeiro-presidente da APEOESP, que relacionou o discurso de Tarcísio a uma concepção de educação oriunda do bolsonarismo. Para ele, esse projeto busca restringir o acesso dos jovens trabalhadores ao ensino superior. “Universidade pra quê? Não é para todo mundo. Eles têm um pensamento dessa elite atrasada, de que a escola é só para poucos, os privilegiados. Ele verbalizou isso (Milton Ribeiro, ministro da Educação na gestão bolsonarista). Mas todos eles pensam assim. Lamentável”, disse.

Ratinho Jr. força nova votação sobre privatização em escolas paranaenses que já rejeitaram o programa

O governo Ratinho Júnior (PSD) voltou a atropelar a comunidade escolar do Paraná. A Secretaria de Estado da Educação (Seed) marcou para a próxima terça-feira (18) uma nova consulta em 96 colégios estaduais que já haviam rejeitado, em dezembro do ano passado, a adesão ao programa de terceirização Parceiro da Escola. O anúncio repentino, feito com apenas uma semana de antecedência, atinge justamente os estabelecimentos que haviam dito “não” ao projeto.

A manobra contraria promessa feita publicamente na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) pelo líder do governo, deputado Hussein Bakri (PSD). Em 22 de outubro de 2024, pressionado pela deputada Ana Júlia Ribeiro (PT), Bakri afirmou que a palavra da Seed era clara: escolas que recusassem a terceirização não seriam submetidas a nova votação.

“Não é não. Perdeu, acabou”, declarou Bakri na ocasião, após afirmar ter conversado com o secretário da Educação, Roni Miranda. Agora, porém, o próprio governo

desmente o compromisso que apresentou como regra e ignora a palavra empenhada perante a Assembleia e a comunidade escolar.

Das 177 escolas consultadas em dezembro, somente 11 aceitaram entregar sua gestão a empresas privadas. Em 83, a consulta sequer atingiu quórum – e, mesmo assim, o governo decidiu avançar: 70 delas foram terceirizadas à revelia da comunidade. Agora, Ratinho JR. voltou a incluir 96 escolas na nova rodada de votação, numa tentativa de ampliar a entrega da rede estadual ao mercado.

Para a deputada Ana Júlia Ribeiro, o recuo revela o método autoritário do governo. “O governo que dizia ‘não é não’ agora mostra que não tem palavra. Convocar consulta com apenas uma semana é impedir que estudantes, pais e trabalhadores se organizem. É uma afronta à democracia”, criticou.

A estratégia, segundo a parlamentar, é evidente: “Com pouco tempo, dificultam a mobilização; sem quórum, quem decide é o go-

verno; e quando há votação, o governo perde de lavada.”

Apesar da forte rejeição nas escolas, o programa Parceiro da Escola já assegurou R\$ 1 bilhão em recursos públicos para três grupos empresariais pelos próximos quatro anos: Apogeu, Tom Educação e Salta (Impulso). Este último tem entre seus acionistas o bilionário Jorge Paulo Lemann, radicado na Suíça e um dos controladores das Lojas Americanas, empresa envolvida em fraude contábil de R\$ 40 bilhões.

Apesar desse montante de dinheiro público nas contas das empresas, as escolas sob gestão privada enfrentam escassez de material e recursos, denuncia o APP-Sindicato, que representa os servidores da Educação do Estado do Paraná. “A APP tem recebido denúncias de que, ao contrário do que propaganda o governo Ratinho Jr, as escolas privatizadas passam por problemas que vão desde a contratação de profissionais, cada vez mais precarizados, a situações em que os estudantes têm que pagar para tirar cópias de material didático”.



Quadro Proclamação da República, de Benedito Calixto

CNAB: República avançará com soberania, progresso social e igualdade racial

O Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), presidido por Irapuan Santos, fez uma saudação ao 136º aniversário da Proclamação da República, comemorado no dia 15 de novembro, sábado.

Em sua nota, o CNAB sublinha: “Assolado pelas concepções carcomidas da direita que tenta a todo custo sustentar os frangalhos da decadência do capitalismo, nossa jovem República precisa se erguer e ousar construir ao sul do equador uma Pátria igualitária, soberana, que dê conforto ao povo e não permita que a morte seja transformada em mero capital eleitoral”.

No final de outubro, o governo do Rio de Janeiro autorizou uma operação policial nas comunidades da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, ocasionando o assassinato de mais de 120 pessoas.

Somente os peixes pequenos foram atingidos, expondo o caráter eleitoreiro da operação. Enquanto isso, os chefões do crime organizado saíram ilesos, não foram tocados.

A entidade refuta ainda a versão de que a República no Brasil tenha sido instalada como “consequência de uma quartelada”. “Pelo contrário, foi fruto de anos e anos de lutas, rebeliões, levantes populares onde muito sangue foi derramado desde a Batalha dos Guararapes até os dias atuais”.

Leia a íntegra da nota do CNAB:

136 anos: República avançará com soberania, progresso social e igualdade racial

No seu 136º aniversário a República Federativa do Brasil vive mais uma vez a encruzilhada entre a civilização e a barbárie.

Assolado pelas concepções carcomidas da direita que tenta a todo custo sustentar os frangalhos da decadência do capitalismo, nossa jovem República precisa se erguer e ousar construir ao sul do equador uma Pátria igualitária, soberana, que dê conforto ao povo e não permita que a morte seja transformada em mero capital eleitoral.

A República no Brasil, muito ao contrário do que pensam os reacionários, sempre papagueados pelas franjas volúveis do movimento popular, não foi consequência de uma quartelada. Pelo contrário, foi fruto de anos e anos de lutas, rebeliões, levantes populares onde muito sangue foi derramado desde a Batalha dos Guararapes até os dias atuais.

A República no Brasil teve como parteira a Abolição da Escravatura, sem dúvida o maior movimento de massas da história do País.

E evidente que ela não nasceu perfeita e para sobreviver teve que se submeter, e isto é a lei natural das coisas, a uma correlação de forças, que não lhe permitiu ser o bálsamo para todos os sofrimentos do povo do nosso País, mas sem dúvida é um marco civilizatório da Nação.

Portanto, ainda temos muito a fazer para transformar nossa República naquela queremos.

Foi exatamente com este sentimento que aprovamos em nosso V Congresso, Resoluções de Ação e luta que colocam em primeiro plano:

“Considerando que negros e mestiços conformam maioria do povo deste país é do interesse do CNAB estar presente em todas as lutas que levem a transformação do Brasil em lugar confortável para o povo. Apoiaremos todas medidas e lutas que digam respeito à retomada do desenvolvimento, reindustrialização do país em novas bases, aumento real do salário, geração de empregos de qualidade, plano de desenvolvimento educacional, reforço do SUS, plano habitacional, barateamento de medicamentos e segurança pública. Garantir emprego, moradia, comida na mesa, escola pública gratuita e integral são necessidades urgentes do povo brasileiro”.

Média dos juros do consignado para CLT chega a quase 60%

A média de juros dos empréstimos consignados do programa Crédito ao Trabalhador registrou forte alta, subindo de 44% para 58,4% ao ano, desde o início do programa, em março, até setembro. Alguns bancos chegam a cobrar 185% de juros na modalidade de empréstimos, que quase triplicou no mesmo período, chegando a 6.399 concessões.

Os juros são menores do que outros tipos de crédito disponíveis no mercado, mas são o dobro do que é concedido para os servidores públicos e aposentados e pensionistas do INSS. Enquanto na categoria consignado CLT, o juro é de 58,4%, o consignado para o servidor público é 24,4% e para beneficiários do INSS, 24%.

De acordo com economistas, a facilidade do crédito, com menos burocracia, e, muitas vezes, a falta de informações claras sobre os juros, fazem com que o trabalhador pegue o crédito sem saber que as prestações vão pesar no final do mês.

Em reportagem ao Infomoney, o presidente da Associação Brasileira dos Profissionais de Educação Financeira (Abefin), Reinaldo Domingos, avalia que já que a taxa de juros do consignado CLT é mais baixa do que dos empréstimos de maneira geral – porque conta com a garantia do desconto em folha e ainda do valor acumulado no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que serve como “caução” para que o empréstimo seja quitado em caso de demissão – ele deveria dar ao sistema de crédito a possibilidade de conceder juros menores ainda, relativos aos beneficiários do INSS e aos servidores públicos.

Outra “armadilha” para o trabalhador é que o uso do FGTS como garantia para o empréstimo o deixa vulnerável quando ele mais precisa, isto é, quando está desempregado, pois estará comprometido com o pagamento da dívida.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Tarcísio corta 54% do orçamento da Secretaria das Mulheres de SP



Enquanto reduz verba, feminicídios sobem 9%

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), entregou proposta de Orçamento para a Secretaria de Políticas para a Mulher para 2026 com recursos 54,4% menores do que a dotação inicial aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.

Em 30 de setembro de 2024, Tarcísio encaminhou o projeto da LOA 2025 com a sugestão de R\$9,6 milhões para a pasta das mulheres. Na Alesp, os parlamentares subiram o valor para R\$ 36,2 milhões, incluindo 6,5 milhões em emendas parlamentares. Para a LOA 2026, o governador apresentou proposta com apenas R\$ 16,5 milhões destinado à pasta.

Quando corrigido pelo IPCA, o valor aprovado chega a R\$ 38,2 milhões, o que significa uma redução de 56,8% em relação ao orçamento atualizado de 2025.

Em nota, o governo paulista argumentou que “não se pode comparar a Lei Orçamentária aprovada deste ano com o Projeto de Lei para o próximo, visto que são instrumentos em diferentes status de aprovação entre os poderes Legislativo e Executivo”.

Para a deputada Paula Nunes, da Bancada Feminista do Psol na Alesp, as propostas do Executivo devem ser encaminhadas ao Parlamento justamente para serem aprimoradas, como ocorreu no caso do orçamento de 2025. Contudo, o Executivo já deveria incorporar na proposta de orçamento de 2026 os ajustes deste ano, tendo em vista o baixo valor proposto.

A parlamentar destaca que sequer o governo Tarcísio tem aplicado o Orçamento aprovado pelo Legislativo. “O governo do estado não está executando o orçamento que temos aprovado na Alesp. O problema é que, em se tratando da Secretaria da Mulher e considerando o aumento dos índices de violência doméstica e feminicídio, é urgente aumentar o orçamento desta secretaria para garantir políticas públicas e delegacias da mulher que funcionem 24 horas”, destacou.

A deputada Márcia Lia (PT), vice-presidente da Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres na Alesp, disse que a diminuição do orçamento proposto para 2026 em relação ao que foi aprovado para este ano “representa a falta de compromisso político com o tratamento que tem que ser direcionado para as mulheres”.

“Hoje a gente vive muitos problemas na questão das políticas públicas focadas para as mulheres, e eu penso que o governo do estado erra quando faz esse corte de 54,4% do orçamento direcionado. Nós precisamos ver se a gente consegue convencer o governador para que ele recoloque pelo menos o que foi o ano de 2025”, disse a parlamentar.

A Secretaria de Políticas para a Mulher do Estado de São Paulo foi criada em janeiro de 2023, por meio do Decreto nº 67.435, que alterou o nome da então Secretaria de Logística e Transporte. Porém, apesar da renomeação, não houve nova estrutura ou programas próprios, a pasta manteve as ações e recursos criados anteriormente, o que gerou distorções orçamentárias, com a maior parte do orçamento ainda voltada ao setor de transportes.

Dados do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária do estado (Sigeo) indicam que, em 2023, a Secretaria de Políticas para a Mulher teve um orçamento atualizado de R\$ 792 milhões, dos quais R\$ 789 milhões foram executados. No entanto, desse total, R\$ 791,2 milhões estavam destinados à função Transporte, enquanto apenas R\$ 738 mil se relacionavam à função Direitos da Cidadania.

Ainda de acordo com matéria do Brasil de Fato, a partir de 2024, toda a dotação passou a ser vinculada aos programas “Políticas para Mulheres no Estado de São Paulo” e “Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares”. A proposta inicial de orçamento do governo Tarcísio para 2024 era de R\$ 10,4 milhões, mas foi ampliada para R\$ 24,2 milhões após aprovação da Assembleia Legislativa, incluindo R\$ 3,8 milhões em emendas parlamentares. Ainda assim, ao longo do exercício, apenas 48,6% desse valor foi de fato liquidado. Em 2025, dos R\$ 36,2 milhões aprovados, somente 33% foi liquidado até 7 de novembro deste ano.

Vale destacar que os casos de feminicídio, segundo o Instituto Sou da Paz, batearam recorde no estado de São Paulo entre janeiro e agosto de 2025, quando comparado ao mesmo período de 2024. No ano passado, foram registrados 152 assassinatos, enquanto em 2025 já são 166, o que representa um aumento de 9%. A quantidade é a maior registrada para o período desde o início da série histórica, em 2015, quando a Lei do Feminicídio foi sancionada.

TST condena pejotização e defende papel da Justiça do Trabalho na proteção de direitos

Em audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, representantes da Justiça do Trabalho, do Ministério Público e de auditores-fiscais, defenderam que a prática da pejotização no mercado de trabalho fragiliza os direitos sociais, compromete o financiamento da Previdência e coloca em risco o futuro do país. Os participantes da audiência também criticaram julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre causas trabalhistas.

A audiência pública debateu o papel da Justiça nas novas relações trabalhistas, como questões relacionadas à “pejotização” e “uberização”, temas que estarão na pauta do STF nos próximos dias.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vieira de Mello Filho, destacou que a pejotização deixa o trabalhador sem proteção, desamparado na velhice, na doença e em caso de acidente.

“Estamos falando de um fenômeno de grandes e coletivas proporções que afeta todo o sistema público de proteção social em suas múltiplas dimensões. A cidadania e os direitos humanos são atributos da pessoa, e não de empresas. Empresa não tem limite de jornada, não adoece, não tira férias, não se aposenta, não engravida. Estamos trocando direitos por uma liberdade ilusória”, destacou.

Vieira de Mello citou dados do Ministério do Trabalho e Emprego segundo os quais, cerca de 5,5 milhões de trabalhadores migraram do regime da CLT para a contratação como pessoa jurídica entre 2022 e 2025. “Essa mudança gerou perdas estimadas em R\$ 70 bilhões para a Previdência Social, R\$ 27 bilhões para o FGTS e R\$ 8 bilhões para o Sistema S”, disse.

O ministro ressaltou que é competência da Justiça do Trabalho julgar conflitos decorrentes das novas relações de trabalho, e rebateu o argumento de que a flexibilização nos modelos de contratação contribui para gerar mais empregos.

“O que se pretende é que se torne facultativa a contratação pela CLT e se deixe a critério do empregador a escolha de uma ausência de regime, sob o entendimento de que isso gerará liberdade e aumentará o emprego. Mas lei nenhuma aumenta ou diminui emprego. O que gera emprego é crescimento econômico”, afirmou.

“O PJ é aquele que precifica, é aquele que escolhe o momento do trabalho dele, é aquele que oferece o trabalho dele. Eu quero saber se uma criança pedalando uma bicicleta é empreendedora. Porque ninguém está fiscalizando se tem uma criança pedalando uma bicicleta. E ninguém está registrando que tem 13.477 mortes de motorboys por ano neste país. E se juntarmos os últimos anos, nós chegamos a 36 mil. Eu tenho cansado de dizer: isso está acontecendo há mais de dez anos”, denunciou Mello Filho.

Para o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, desembargador Valdir Florindo, “qualquer decisão do Supremo Tribunal Federal sobre temas infraconstitucionais representa, sim, uma intromissão desautorizada e indesejável na competência de outros tribunais, inclusive tribunais superiores”.

“Nenhuma lei, nenhum contrato, nenhuma tecnologia pode situar o trabalhador abaixo do piso definido pelo artigo 7º da Constituição Federal. A essência das relações de trabalho não se altera pela vontade do legislador ou do julgador. Elas simplesmente existem, e, mais cedo ou mais tarde, a realidade se impõe”, afirmou o desembargador.

E questionou: “a propósito, indago, senhores, independentemente do que decida o Supremo Tribunal Federal, quando um juiz se deparar com uma fraude, o que ele deve fazer com ela, nesses casos? Escondê-la em uma gaveta com chave?”.

Rodrigo Castilho, do Ministério Público do Trabalho, ressaltou que o microempreendedor individual e o trabalhador de plataforma são empregados, só a forma de contratação é que muda. “São contratos feitos sob a forma de adesão, nos quais o trabalhador não tem a liberdade de discutir os termos. Portanto, precisam ser regulados”.

“É vendida ao trabalhador essa suposta liberdade. Mas, logo adiante, ele fica na mão. E adiante é o Estado que vai suprir suas necessidades com a Previdência, com a assistência social, se ele ficar numa situação delicada do ponto de vista econômico. Quer dizer, aí não é o mercado, é o Estado. Estado que eles querem tirar dessa regulação, dessa proteção, mas que, lá adiante, é quem precisará garantir a proteção efetiva”, salientou o deputado Alencar Santana (PT-SP).

De acordo com o diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Tiago Ranieri, “a competência constitucional da Justiça do Trabalho é uma cláusula de proteção democrática, devendo ser preservada diante das novas formas de contratação surgidas em um cenário cada vez mais tecnológico e fragmentado”.

“Limitar a Justiça especializada significa fragilizar a tutela trabalhista e o acesso à justiça, especialmente nos casos em que o reconhecimento de vínculo depende da prova e da análise da realidade concreta”, afirmou.



Policiais civis e militares de São Paulo fazem ato por reajuste e valorização

Representantes das polícias civil, militar e penal realizaram uma manifestação, na terça-feira (18), em frente ao Largo de São Francisco, no Centro da capital paulista, por uma nova Lei Orgânica da Polícia Civil, que contemple remuneração, plano de carreira, jornada de trabalho, previdência e saúde.

O ato, que contou com representantes de 23 entidades de policiais, cobrou do governador Tarcísio de Freitas e do Secretário da Segurança Pública de São Paulo licenciado, Guilherme Derrite, promessas de campanha não cumpridas.

De acordo com a Associação dos Delegados do Estado de São Paulo, há dois anos a minuta da nova Lei Orgânica – principal demanda no caso da Polícia Civil – não é apresentada às categorias, mesmo após a criação de dois grupos de trabalho para elaborar e debater ponto por ponto o novo texto.

“A nossa Polícia Civil merece uma lei orgânica moderna. A atual é de 1979. Ela merece ser valorizada, com reajuste e um plano de carreira que contemple, de fato, esses profissionais vocacionados e responsáveis pela nossa segurança pública”, afirmou André Santos Pereira, delegado e presidente da Associação dos Delegados do Estado de São Paulo e coordenador do Fórum Resiste-PC.

No caso das entidades ligadas à PM e à Polícia Penal, as principais cobranças são em relação a melhores salários.

“Esse aqui é um passo importante na nossa caminhada, até atingirmos nosso resultado. Segurança pública não se faz com discursos, e sim com resultados”, disse o delegado Pereira.

Andes do protesto, na terça-feira pela manhã, representantes das entidades se reuniram com o secretário da Segurança em exercício, Osvaldo Nico Gonçalves, e o delegado geral, Artur Dian, na sede da SSP. Na reunião, foi prometido que, na próxima segunda-feira (24/11), os representantes das entidades seriam recebidos pelo governador Tarcísio de Freitas.

“A gente espera que tenhamos o reajuste salarial das categorias aqui presentes e uma lei específica para cada instituição que contemple seus pleitos. No caso da Civil, uma nova Lei Orgânica, que contemple tanto o eixo do plano de carreira, da jornada de trabalho, da previdência, das prerrogativas dos policiais civis”, disse Pereira, que foi o único a discursar no ato, após um pedido da Secretaria da Segurança, para evitar a participação de políticos.

“Essa integração é importante. Ela tem de existir em nível estatal, e agora nós estabelecemos essa integração em nível da representatividade, de quem está no chão de fábrica, na linha de frente. É isso que nós estamos demonstrando aqui hoje, que a integração é possível, é necessária. E a gente vai seguir nessa linha”, afirmou Santos Pereira.

“Tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar e a Polícia Penal reivindicam duas perspectivas básicas: reajuste salarial e uma legislação específica para tratar de suas necessidades. Tivemos um sucesso parcial no movimento. Não atingimos o objetivo final, que é o reajuste salarial e a nossa lei específica, mas vamos continuar firmes. Demos um grande passo ao sermos recebidos por quem tem a responsabilidade e, acima de tudo, a legitimidade para realizar tanto o reajuste quanto a nova legislação”, avaliou o delegado.

Renan Porto/Metrópolis



Folha de Curitiba

Claudia Sheinbaum repele ameaça de Trump “Quando EUA interveio no México, nos levou a metade do território”

“Não queremos a intervenção de nenhum governo estrangeiro”, afirmou a presidente Claudia Sheinbaum em resposta a declarações ameaçadoras de Trump. “A última vez que Estados Unidos interveio no México, nos levou metade do território”, lembrou.

Nesta terça-feira, em entrevista na Casa Branca, Trump respondeu a jornalistas sobre a intervenção no México, dizendo que “lançaria ataques no México para deter o narcotráfico? Não tenho problemas. Faremos o que for para detê-lo”.

“NÃO À SUBORDINAÇÃO”

Claudia Sheinbaum disse que aceita apoio, coordenação contra o crime organizado, mas nada de tropas estrangeiras, “não à subordinação”.

A presidente afirma que já esclareceu isso em diversas conversas telefônicas com Trump: “Já o mencionamos muitas vezes. Nada de tropas estrangeiras”.

“Nada de intervenção de qualquer governo estrangeiro”, repetiu.

Claudia destacou que também deixou isso muito claro ao chefe do Departamento de Estado dos EUA, o intervencionista Marco Rubio.

“Eles entenderam. Deixamos claro que queremos o respeito a nossa soberania e territorialidade”, enfatizou.

Trump havia ido muito além das ameaças de intervenção no México com declarações ofensivas para pretextar invasão no seu vizinho. Fingindo ignorar o fato de que é a sociedade dilacerada norte-americana o maior mercado consumidor de drogas do mundo, disse que “estive vendo a situação na Cidade do México durante o final de semana. Há muitíssimos problemas por lá”.

E usando o mesmo já surrado pretexto, foi colocando a culpa do problema das drogas exclusivamente nos países latino-americanos: “Perdemos centenas de milhares de pessoas a cada ano. Grande parte dessas mortes são produzidas no México. Não estou contente com o que está acontecendo no México”.

Para justificar a hostilidade aos países latino-americanos, em especial Venezuela, Colômbia e agora o México, vem designando os cartéis de drogas de “terroristas estrangeiros”.

O presidente Lula qualificou as declarações e ações do governo Trump de “inaceitáveis”, em especial após o já sistemático bombardeio a barcos nas proximidades da costa venezuelana, e as descreveu como atentados à soberania dos países da região.

Equador diz ‘Não’ a transformar Ilhas Galápagos em base militar dos Estados Unidos

A Consulta Popular consolidou o repúdio popular à tentativa do presidente Daniel Noboa de enquadrar os 13,9 milhões de eleitores equatorianos, que lhe deram uma surra nas urnas, como anúncio do Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

Todas as propostas da extrema-direita foram execradas pelo eleitorado, conforme o CNE. Mais de 60% rejeitaram a possibilidade de eliminar da Constituição a proibição de instalar bases militares estrangeiras; 61,61% rejeitaram a convocação de nova Assembleia Constituinte (para alterar a Constituição); 58,56% se manifestaram contrários à eliminação do financiamento público para partidos políticos e 53,45% à redução de cadeiras da Assembleia Nacional.

O território para a base norte-americana que Noboa queria criminosamente entregar ficaria nas ilhas Galápagos que se mantêm até hoje como uma das reservas naturais com maior diversidade do Planeta e em cuja visita, a bordo do navio Beagle, Charles Darwin fez observações fundamentais para a sua teoria da evolução formulada em seu livro A Origem das Espécies.

“O povo disse não às pretensões de Noboa, à oligarquia e à sua família de privatizar áreas estratégicas como a água e o petróleo, a biodiversidade, a saúde e a educação”, afirmou o dirigente do Movimento Revolução

Cidadã, Ricardo Ulcuango, em entrevista ao HP. “Ele queria luz verde para seu grupo privatizar o que é de todos”, condenou.

Ex-parlamentar e ex-liderança indígena, Ulcuango assinala que a “intenção de implantar bases militares” ficou bem explicitada por Noboa quando poucos dias antes do referendo, visitou a antiga base de Manta, onde as tropas dos Estados Unidos permaneceram até 2009, quando o presidente Rafael Correa pôs fim ao “uso compartilhado”.

“Este resultado também é uma vitória contra os meios de comunicação que contribuíram com Noboa e sua campanha desigual”, denunciou Ulcuango, citando o “clima de terrorismo de Estado, resultado da prepotência que quiseram impor a qualquer custo”. Vale lembrar, destacou o ex-embaixador, que foi o atual presidente “quem subiu o preço do diesel ao retirar o subsídio, encarecendo o conjunto da economia do país e impactando salários e empregos”.

REPRESSÃO

Cerca de 120 mil policiais e militares foram deslocados para cobrir as ruas e mostrar o poder de repressão do Estado, com marginais de farda ocupando ruas, bairros e recintos eleitorais para “guardar as urnas” e “vigiar a democracia”. Tudo sob orientação e coordenação da secretária de Segurança dos EUA.

Tropa israelense ataca, com tiros de tanque, força de paz da ONU no Líbano



Forças fascistas de Israel não poupam nem os capacetes azuis da ONU

Israel deixa 85% dos estudantes da Faixa de Gaza sem aulas, denuncia Unicef

Milhares de menores sobreviventes em Gaza – que tiveram a sorte de não perder familiares, colegas ou professores – ainda não sabem quando poderão retomar os estudos, já que suas escolas foram completamente arrasadas por bombardeios israelenses desde 7 outubro de 2023. Os estabelecimentos que ficaram de pé vêm sendo usadas como abrigo.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), os crescentes ataques danificaram ou destruíram mais de 97 % das escolas de Gaza, o que deixou a situação educacional à beira do colapso, levando especialistas da ONU a acusarem Israel por mais este crime.

De 630 mil crianças que se estima terem tido seu desenvolvimento escolar afetado, apenas 100 mil retomaram seus estudos em instalações temporárias montadas pela Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio (Unrwa).

Segundo a ONU, mais de 91% das escolas de Gaza (518 de 564) precisarão ser reconstruídas antes de poderem ser usadas novamente. A Unrwa afirma que 432 instalações educacionais foram alvejadas diretamente, fazendo com que mais de 630 mil crianças deixassem a escola.



Criminosa destruição atingiu todas as escolas de Gaza

A situação fica ainda mais crítica quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) aponta que apenas 2% da população de Gaza com mais de 15 anos era analfabeta antes da agressão israelense, uma das porcentagens mais baixas do mundo árabe. Os jovens da Faixa eram educados e cultos, embora fossem obrigados a ver o mundo através da tela de um celular devido ao bloqueio israelense, em vigor desde 2007. O atual vazio põe em xeque toda uma geração.

“Muitas das escolas estão destruídas. Cada escola a que vou me dizem que não há espaço”, lamentou Bissan Younis, da região de Deir Al-Balah, frisando que o aprendizado se dá em meio a escombros.

Dados do Ministério da Educação palestino indicam

que pelo menos 18.591 estudantes em idade escolar foram mortos e 27.216 ficaram feridos durante a invasão, que ceifou a vida de 792 trabalhadores da educação e feriu 3.251.

Um porta-voz do Unicef, John Crickx, assinalou que a situação é bastante crítica uma vez que os menores não apenas estão tendo atrasos educativos significativos, mas também problemas de saúde mental que podem trazer “terríveis consequências para toda uma geração”.

“Basicamente são barracas de campanha entre as tendas de pessoas deslocadas, algumas estruturas pré-fabricadas ou refúgios, o que é quase nada para a educação básica”, lamentou Crickx.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

CS da ONU instaura ‘força de estabilização’ em Gaza sem avançar na criação do Estado da Palestina

Por 13 a 0 o Conselho de Segurança da ONU aprovou na segunda-feira (17) uma proposta dos EUA sobre a Faixa de Gaza, que dá aval a um “Conselho” presidido e nomeado por Trump e sem representantes palestinos.

Resolução declara a instauração de uma Força Internacional de Estabilização não-subordinada à ONU, promete manter o cessar-fogo, acelerar a entrada de ajuda humanitária e encaminhar a reconstrução, e que, ainda, em pouco mais de uma linha, acrescentada por pressão dos países árabes e muçulmanos, faz referência ao Estado Palestino. China e Rússia se abstiveram.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, chamou a decisão de “um passo, não uma solução” e disse que a implementação determinaria se a medida trará estabilidade ou preparará o terreno para novos conflitos.

Votaram a favor: Estados Unidos, França, Reino Unido, Argélia, Eslovênia, Guiana, Coreia do Sul, Serra Leoa, Dinamarca, Grécia, Paquistão, Panamá e Somália.

Rússia e China, que haviam previamente apresentado outra resolução, explicitando claramente a criação do Estado Palestino e a subordinação do processo em Gaza à ONU, deixaram de exercer seu direito de veto, na medida que a resolução contava com o apoio dos principais países árabes e muçulmanos, inclusive a Argélia, que anteriormente havia expressado preocupações, e da Autoridade Palestina, mas não foi aprovada.

O Ministério das Relações Exteriores da Palestina “enfatizou a necessidade urgente de implementar imediatamente essa resolução no terreno” de uma forma que “garanta o



CS da ONU vota resolução sobre Faixa de Gaza

retorno da vida normal, proteja nosso povo na Faixa de Gaza” e “previna deslocamentos”.

Também pediu a “retirada total das forças ocupantes” e que o plano fosse executado de forma a “permitir a reconstrução, interromper o enfraquecimento da solução de dois Estados e evitar a anexação”.

Declarou, ainda, que a resolução afirmava o “direito do povo palestino à autodeterminação e ao estabelecimento de seu estado independente”, bem como o fluxo irrestrito de ajuda para Gaza.

PALESTINA

Segundo o The Guardian, a inclusão, ainda que lacônica, da referência a uma Palestina independente foi o preço que os EUA pagaram pelo apoio do mundo árabe e islâmico, que deve fornecer tropas de paz para uma força internacional de estabilização (FIE).

A referência à criação do Estado palestino foi uma adição de compromisso a um rascunho inicial dos EUA que não mencionava isso. No entanto, a redação é vaga e condicional, prometendo apenas que, uma vez que a Autoridade Palestina se “reformar” e a reconstrução de Gaza esteja em andamento,

“as condições podem finalmente estar estabelecidas para um caminho crível para a autodeterminação e a criação de Estado palestino.”

A redação ficou muito aquém do firme compromisso com a construção de um Estado palestino ao lado de Israel manifestada por estrondosa margem na mais recente votação na Assembleia Geral da ONU.

Em discursos ao plenário, delegados dos países árabes e muçulmanos disseram estar dispostos a aceitar o compromisso no interesse de estender a atual trégua e de medidas imediatas para alimentar e proteger os 2,2 milhões de palestinos em Gaza. A resolução também pede a criação de um comitê técnico palestino que deveria administrar o governo diário da Faixa de Gaza.

Países cotados para a força de estabilização — Egito, Turquia, Indonésia e Emirados Árabes Unidos — teriam exigido um mandato do Conselho de Segurança antes de contribuir com tropas, para garantir que seu papel fosse enquadrado como sancionado internacionalmente, e não como cúmplices da ocupação.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Forças de paz da ONU, estacionadas no sul do Líbano, acusam Israel de disparar em uma de suas patrulhas

Em um comunicado no domingo (16) a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) informou que tropas israelenses dispararam desde um tanque Merkava contra seus soldados, que estavam em patrulha a pé e foram forçados a se proteger após intensos tiros de metralhadora atingirem aproximadamente cinco metros de sua posição. Nenhum soldado da força da ONU ficou ferido.

A força de manutenção da paz descreveu o incidente como uma “grave violação” da Resolução 1701, que resultou de um acordo de armistício entre Israel e Líbano, aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU. A força das Nações Unidas ressaltou que não foi o primeiro ataque desse tipo.

Israel não negou os disparos, que atribui às “más condições climáticas” no local.

A Unifil, que opera no Líbano desde março de 1978, instou mais uma vez as IDF “a cessar qualquer comportamento agressivo e ataques contra ou próximos a forças de paz, que estão trabalhando para apoiar o retorno à estabilidade que tanto Israel quanto o Líbano dizem buscar”.

UNIFIL

A porta-voz da Unifil, Candice Ardiel, confirmou ao portal libanês Al Mayadeen que as forças genocidas israelenses estavam cientes da patrulha dos capacetes azuis na área onde ocorreu o incidente de domingo.

Ardiel disse que a Unifil informou tanto o Exército Libanês quanto as forças armadas de ocupação com antecedência sobre o movimento planejado da patrulha na manhã de domingo, como parte dos procedimentos padrão de coordenação voltados a evitar atritos ao longo da fronteira libanesa-israelense.

Na sexta-feira, a Unifil havia emitido um outro comunicado condenando a construção em andamento de um muro de fronteira israelense dentro do território libanês, que cruza a Linha Azul estabelecida pela ONU. A força de paz afirmou que essa interpretação viola a Resolução 1701 e constitui uma violação da soberania e integridade territorial do Líbano. O governo também denunciava a construção do muro lesivo aos libaneses.

Na versão dos invasores de terra libanesa, seus soldados identificaram “dois suspeitos” na área de El Hama-mes e dispararam tiros de advertência, após os quais os indivíduos se retiraram, sem relatos de feridos.

Após analisar o incidente, o exército israelense alegou que “soldados da ONU que realizavam patrulha na área e foram classificados como suspeitos devido às más condições climáticas”. E asseverou que “nenhum fogo deliberado foi direcionado aos soldados da UNIFIL.”

Também o Exército Libanês condenou o recente ataque israelense contra os capacetes azuis da Unifil no sul do Líbano, acusando Israel de obstruir o desdobramento de suas próprias forças na região e de minar deliberadamente a estabilidade.

Em um comunicado divulgado no domingo, o Comando do Exército afirmou que está tra-

balhando com “países amigos” para pôr “fim às violações cometidas pelo inimigo israelense” após o ataque à força internacional de manutenção da paz.

O Exército acusou Israel de persistir em suas “violações da soberania libanesa”, que, segundo ele, causam desestabilização. A empresa ainda afirmou que essas ações estão impedindo o desdobramento total das tropas libanesas no sul, citando o “último ataque condenado”, que envolveu o ataque a uma patrulha da Unifil.

A declaração enfatizou a necessidade urgente de “interromper as violações e brechas contínuas pelo inimigo”, alertando que elas representam uma escalada perigosa que requer ação imediata.

Israel já invadiu o Líbano seis vezes, a primeira delas em 1982, que ficou marcada pelo infame massacre de Sabra e Chatila, ocupação que durou 18 anos, até ser expulso pela resistência comandada pelo Hezbollah. Em 2006, fez uma segunda grande incursão, também barrada pela Resistência Libanesa.

Atualmente está em vigor um cessar-fogo, depois de dois anos de confrontos na fronteira e de solidariedade libanesa aos palestinos vítimas do genocídio em Gaza. Esse cessar-fogo, que entrou em vigor em novembro do ano passado, ainda está longe de ser respeitado por Israel, que seguidamente perpetra bombardeios aéreos e mantém tropas em solo libanês, quando deveria ter se retirado em 26 de janeiro, além de realizar frequentes execuções extra-judiciais.

Em ataque posterior a este, No Líbano, a chacina foi em Ain al-Hilweh, o maior campo do Líbano que abriga refugiados da Nakba – a campanha de limpeza étnica e terror através da qual o moderno Estado israelense foi fundado – e seus descendentes. Em outros ataques contra o Líbano, os fascistas israelenses mataram pelo menos outras duas pessoas e feriram mais dezenas.

MAIS ATAQUES

Em ataque posterior a este, as tropas de Netanyahu perpetraram a chacina em Ain al-Hilweh, o maior campo do Líbano que abriga refugiados da Nakba – a campanha de limpeza étnica e terror através da qual o moderno Estado israelense foi fundado – e seus descendentes. Em ainda outros bombardeios, contra o Líbano, os fascistas israelenses mataram pelo menos outras duas pessoas e feriram mais dezenas.

Como pretexto para mais esse crime hediondo, o exército colonial israelense alegou ter “mirado” supostos “membros do Hamas”, que estariam “operando em um complexo de treinamento”.

O Hamas denunciou o “ataque brutal ao nosso povo palestino desarmado e à soberania libanesa” e rejeitou as alegações israelenses como “fabricação e mentiras destinadas a justificar sua agressão criminosa”.

Para o jornalista Nour Odeh, da Al Jazeera, trata-se de que, Israel se deu “o direito de ser juiz, júri e carrasco”.

Além deste massacre, Israel, em ataque com drone em At-Tiri, matou o tesoureiro da cidade que estava no veículo e feriu dez estudantes universitários e o motorista do ônibus que vinha logo atrás na estrada.

Estados Unidos, uma República de Bananas

CHRIS HEDGES*

Toda ditadura é uma grotesca ópera bufa. Nenhum elogio é ultrajante demais. Nenhum suborno é insignificante demais. Nenhuma violação das liberdades civis é extrema demais. Nenhuma estupidez é absurda demais. Toda dissidência, por mais tímida que seja, é traição

O presidente Trump se encaixa perfeitamente no perfil de todos os déspotas latino-americanos de quinta categoria que aterrorizam suas populações, se cercam de bajuladores, capangas e vigaristas, e enriquecem — Trump e sua família acumularam mais de US\$ 1,8 bilhão em dinheiro e presentes por meio do uso da presidência como moeda de troca — enquanto erguem monumentos de mau gosto em sua própria homenagem.

“Trujillo na Terra, Deus no Céu” — Trujillo en la tierra, Dios en el cielo — foi afixado por ordem do Estado em igrejas durante os 31 anos de governo de Rafael Leónidas Trujillo na República Dominicana. Seus apoiadores, assim como os de Trump, o indicaram ao Prêmio Nobel da Paz. A pastora Paula White-Cain, uma vigarista ligada a Trump, ofereceu uma versão atualizada da autodeificação de Trujillo ao alertar: “Dizer não ao presidente Trump seria dizer não a Deus”.

Trump é a versão americana de Anastasio “Tachito” Somoza na Nicarágua ou de François “Papa Doc” Duvalier, no Haiti, que emendou a constituição para se auto-proclamar “Presidente Vitalício”. Uma das imagens mais célebres do longo regime do ditador haitiano mostra Jesus Cristo com a mão no ombro de Papa Doc, que está sentado, com a legenda: “Eu o escolhi”.

Os agentes do ICE são o pesadelo dos temidos Tonton Macoute, a polícia secreta de Papa Doc, com seus 15.000 homens, que detinha, espancava, torturava, prendia ou matava indiscriminadamente entre 30.000 e 60.000 oponentes de Duvalier e que, juntamente com a Guarda Presidencial, consumia metade do orçamento do Estado.

O presidente Trump é o Juan Vicente Gómez da Venezuela, que saqueou a nação para se tornar o homem mais rico do país e desprezou a educação pública para — nas palavras da acadêmica Paloma Griffero Pedemonte — “manter o povo ignorante e dócil”.

O presidente — em todas as ditaduras — segue o mesmo roteiro. É uma ópera bufa grotesca. Nenhum elogio é ultrajante demais. Nenhum suborno é pequeno demais. Nenhuma violação das liberdades civis é extrema demais. Nenhuma estupidez é absurda demais. Toda dissidência, por mais tímida que seja, é traição.

Ordens executivas, cortes orçamentários, manipulação de distritos eleitorais, apreensão de seções eleitorais e urnas eletrônicas, abolição do voto por correspondência, supervisão da contagem de votos e expurgo do cadastro eleitoral garantem resultados eleitorais fraudulentos.

Instituições, da imprensa às universidades, ajoelham-se diante da idiotice do Presidente. Os parlamentos são câmaras de eco subservientes aos caprichos e delírios do Presidente. É um mundo de realismo mágico, onde a fantasia substitui a realidade, a mitologia substitui a história, o imoral é moral, a tirania é democracia e as mentiras são verdadesiras.

Não são apenas a violência e a intimidação que mantêm El Presidente no poder. É a inversão estupefaciente da realidade, a negação diária do que percebemos e sua substituição por ficções desorientadoras que nos mantêm em desequilíbrio. Isso, combinado com o medo induzido pelo Estado, transforma os países em prisões a céu aberto. A consciência humana é bombardeada até se quebrar e se tornar uma engrenagem bem lubrificada na vasta máquina carcerária.

A psicologia distorcida do presidente Trump é retratada por Miguel Ángel Asturias em seu romance “El Señor Presidente”, inspirado na ditadura de Manuel Estrada Cabrera, que governou a Guatemala por 22 anos; em “O Outono do Patriarca”, de Gabriel García Márquez; em “No Tempo das Borboletas”, de Julia Alvarez; e em “A Festa do Bode e Conversa na Catedral”, de Mario Vargas Llosa.

Esses romances oferecem uma visão melhor de para onde estamos caminhando do que a maioria dos livros sobre política americana.

‘TUDO À VENDA AQUI’

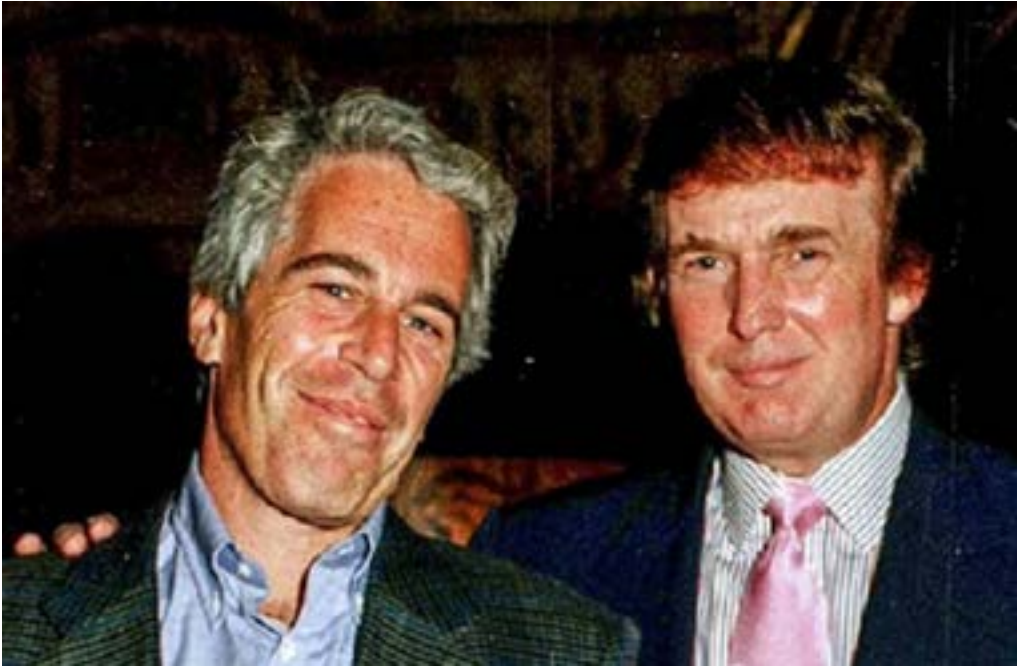
“Aqui tudo está à venda”, escreve Julia Alvarez em seu romance, “tudo, menos a sua liberdade”.

Ditadores — hermeticamente isolados na adulação sufocante da vida na corte — perdem rapidamente o contato com a realidade. Teorias da conspiração, pseudociência, crenças bizarras e superstições tomam o lugar de evidências e fatos.

Sociopatas, incapazes de empatia ou remorso e propensos a descrever o mundo em vulgaridades e sentimentalismo infantil, os ditadores não conseguem distinguir entre o bem e o mal. Eles exercem o poder unicamente pela forma como se sentem. Se se sentem bem, é bom. Se se sentem mal, é ruim. O Estado sou eu.

*Chris Hedges é um jornalista vencedor Prêmio Pulitzer
Leia a íntegra do texto no site do HP

Trump “passou horas” com vítima menor “na minha casa”, disse Epstein



Trump durante recepção a Epstein em sua mansão de Mar-a-Lago (foto NDTV)

Demanda fraca e tarifaço fazem PIB do Japão encolher 1,8% no 3º trimestre

A economia japonesa caiu 1,8% anualizado no terceiro trimestre de 2025 (de julho a setembro), interrompendo seis trimestres consecutivos de crescimento, segundo dados oficiais divulgados nesta segunda-feira (17). Em relação ao trimestre anterior, a queda foi de 0,4%.

A contração foi puxada pela redução das exportações, que diminuíram 4,5% em meio ao tarifaço de Trump, e pelo fraco desempenho da demanda interna.

As montadoras, um pilar da indústria japonesa, viram seus envios despencar. O efeito sobreposto das tarifas dos EUA elevou ainda mais os custos das exportações japonesas, minando diretamente sua competitividade no mercado norte-americano e forçando as montadoras a absorverem parte do impacto reduzindo preços, de acordo com a mídia japonesa.

Também o investimento em habitação recuou no Japão, devido a novas regras de eficiência energética.

Dados do Gabinete do Japão indicaram que o consumo privado, que representa mais da metade da produção econômica, cresceu 0,1%. Isso representou uma desaceleração em relação a 0,4% no segundo trimestre, indicando que os altos custos de alimentos aumentaram a relutância dos

consumidores em gastar, segundo o relatório.

O índice de preços ao consumidor núcleo de Tóquio subiu 2,8% ano a ano em outubro, permanecendo acima da meta de inflação de 2% do Banco do Japão, segundo dados preliminares divulgados pelo Ministério do Interior e Comunicações do Japão na sexta-feira.

Em particular, os preços dos alimentos aumentaram 6,7% em relação ao ano anterior. O Ministério da Agricultura anunciou na sexta-feira que os preços do arroz continuaram quebrando recordes, com o preço médio no varejo (5 quilos) subindo para 4.316 ienes (US\$ 27,90) durante a semana de 3 a 9 de novembro, um recorde desde maio.

Por outro lado, segundo o Asia Times, em setembro, os salários reais japoneses caíram pelo nono mês consecutivo, já que a inflação superou o salário nominal. “Naquele mês, o salário nominal médio, ou ganhos totais em dinheiro, subiu 1,9% ano a ano, para 297.145 ienes (US\$1.922). Isso ficou bem aquém de um aumento de 3,4% nos preços ao consumidor no mesmo mês”.

Assim, enquanto o impulso interno de crescimento da economia japonesa

está enfraquecendo, o ambiente externo se torna cada vez mais complexo e severo.

Notavelmente, em meio a essa crise econômica mais ampla, se destacam como pontos positivos o setor de turismo e o desempenho do mercado de ações do Japão. Até agora neste ano, o índice de ações Nikkei 225 do Japão subiu mais de 28%, enquanto o turismo permaneceu robusto.

No entanto, o principal fator por trás dessas tendências positivas é o iene fraco. O iene caiu cerca de 4,5% em relação ao dólar até agora neste trimestre, o maior número entre seus pares do Grupo dos 10, segundo a Bloomberg.

Embora um iene mais fraco tenha atraído muitos turistas estrangeiros e muitos investimentos estrangeiros, injetando vitalidade externa de curto prazo na economia japonesa, também teve um custo alto para um país fortemente dependente de importações de recursos.

Os preços vertiginosos de energia, alimentos e outras matérias-primas importadas foram repassados aos consumidores domésticos, corroendo ainda mais o poder de compra das pessoas.

Leia mais no site do HP

Arruaça contra governo do México: uma tentativa de golpe

A bandeira do mangá One Piece, uma caveira pirata com chapéu de palha, que se tornou símbolo de “revoluções coloridas” no Sul Global na mais recente versão, fez sua aparição na capital do México, no sábado (15), com encapuzados tentando romper a grade de proteção ao Palácio Nacional, sede da Presidência, entrando em confronto com a polícia, o que levou a 120 feridos, na maioria policiais, no que pretextava ser uma “manifestação pela paz” e pelo “combate aos cartéis do crime”.

“México é invencível porque não há divórcio entre o governo e o povo. É a maioria da cidadania que o governo responde, e não aqueles que querem provocar a violência no país. Quebraram vidros. Dizemos não à violência. Se alguém discorda de algo, é preciso se manifestar de forma pacífica”, declarou a presidente Sheinbaum em pronunciamento após os confrontos.

Segundo jornalistas da AFP, diversos manifestantes — alguns usando balaclavas — derubaram as barreiras metálicas que protegiam o palácio e lançaram paralelepípedos contra a tropa de choque, que respondeu com gás lacrimogêneo.

“Por muitas horas, essa mobilização transcorreu e se desenvolveu de forma pacífica, até que um grupo de encapuzados começou a cometer atos de violência”, afirmou aos repórteres Pablo Vazquez, chefe de segurança da Cidade do México.

Embora vários manifestantes usassem sombreros semelhantes aos usados pelo prefeito assassinado Carlos Manzo, sua viúva se recusou a engrossar a manifestação de sábado na ca-



Ataque ao Palácio Nacional juntou elementos com suástica (composição - fotos Toya Sarno e Redes Sociais)
pital do México. Manzo, prefeito de Uruapan, foi morto a tiros em uma tocaia em 1º de novembro enquanto participava de uma celebração do Dia dos Mortos.

CONVOCADA POR ROBÔS

Antes da manifestação, a presidente mexicana, que segundo as pesquisas tem 70% de aprovação, advertira que a convocação estava sendo feita por bots (robôs) na internet e por grupos de direita, fragorosamente derrotados nas eleições. “É um movimento promovido do exterior contra o governo”, declarou.

Ao voltar a rechaçar a violência na véspera no Zócalo, Sheinbaum observou que, apesar de ter sido descrita como uma “Marcha da Geração Z”, “havia muito poucos jovens”.

Foram realizadas no sábado em outras cidades manifestações de cunho semelhante, como Guadala-

jara, em que, a título de exigir “transparência” na apuração do assassinato de Manzo supostamente por um cartel criminoso, exigiam do governo o retorno à fracassada política de guerra total ao crime com tropas federais, iniciada por Calderón em 2006 e abandonada uma década depois de inúmeros massacres, comprometimento de autoridades com o crime organizado e escândalos com o dedo do DEA e do FBI (Operação Velozes e Furiosos).

Realmente, existe no México um difícil problema, na medida em que é a entrada natural para a droga alcançar o maior “mercado” do mundo, os viciados norte-americanos, e que se estruturou assim durante os titânicos esforços da CIA e DEA para bancar a guerra suja na América Central com o dinheiro das drogas, aproveitando-se de sua notória experiência no ramo,

Leia mais no site

E-mails do pedófilo Jeffrey Epstein recém-divulgados trazem à luz ligações entre o criminoso sexual e o presidente Trump. Epstein disse ainda que Trump foi “o cachorro que não latiu” e que sabia “quão sujo Trump é”

Novos e-mails do pedófilo milionário Jeffrey Epstein, divulgados nesta quinta-feira (13) por deputados democratas, caíram como uma granada no Salão Oval, trazendo à luz as tortuosas ligações entre o criminoso sexual e o presidente Donald Trump, a ponto de um deles registrar que Trump “sabia sobre as garotas” [traficadas]; outro, que “Trump é o cachorro que não latiu” porque “[a vítima] passou horas em minha casa com ele e ele nunca foi mencionado”; e que sabia “quão sujo Trump é”.

O e-mail do “cachorro que não latiu” é de 2011, quando Trump ainda era estrela de reality show.

Epstein, caído em desgraça e preso por pedofilia e tráfico de menores, depois de uma longa convivência com figuras como Trump, Bill Clinton, Elon Musk, Bill Gates, o príncipe britânico Edward e as altas rodas de Wall Street, foi encontrado morto em sua cela em 2019, no que a polícia chamou de “suicídio” e muitos consideram uma queima de arquivo.

Em 2008, ele fora preso na primeira vez, mas se safou graças a um acordo em que virtualmente teve uma ala à sua disposição em Palm Beach e podia sair todos os dias, alegando que não sabia que a prostituta que solicitara era menor.

Um acordo com cláusulas confidenciais e anulado em 2016 por um juiz distrital da Flórida, e desencadeando o início do fim para Epstein, depois das revelações feitas pelo Miami Herald.

São mais de 20 mil páginas de documentos do espólio de Epstein, como parte de uma investigação do Comitê de Supervisão da Câmara dos Estados Unidos e reabrem a discussão sobre a intimidade e cumplicidade entre o agora presidente e o pedófilo. De acordo com o relatório do comitê, a equipe técnica removeu nomes e informações que pudessem identificar as vítimas.

Assim, a Casa Branca sequer teve tempo para comemorar o fim do shutdown, e volta à ordem do dia em Washington o escândalo do acobertamento de Epstein, com o agravante de que um setor expressivo da base MAGA exige a verdade.

PÂNICO NO SALÃO OVAL

Em pânico, a entourage do presidente acusa a oposição de “políticação”, asseverando tratar-se de uma tentativa de “difamar Trump”.

A porta-voz Karoline Leavitt afirmou que a vítima citada nos e-mails seria Virginia Giuffre, que morreu em abril deste ano, aos 41 anos, e mais conhecida pela foto, quando menor, ao lado do príncipe Andrews. A informação não havia sido fornecida pelo comitê.

“Essas histórias são tentativas de má-fé para distrair o público das conquistas históricas do presidente Trump. Qualquer americano com bom senso vê que isso é uma farsa”, insistiu Leavitt.

Giuffre foi uma das principais denunciante do esquema de exploração sexual de Epstein, tendo sido aliciada por Ghislaine Maxwell quando era adolescente e trabalhava no clube Mar-a-Lago, propriedade de Trump em Palm Beach.

Maxwell está na prisão, condenada a 20 anos de prisão por tráfico sexual e aliciamento de menores.

Postumamente, Giuffre acaba de publicar um livro

de memórias, “Garota de Ninguém”, numa tradução livre, sobre a devastação a que foi levada sob o ring de pedófilos das altas rodas dos EUA.

Ao ter que reabrir a Câmara federal para votar o fim do shutdown, o presidente republicano da casa também se viu forçado, como dano colateral, a dar posse à deputada democrata Adelita Grijalva (Arizona). E, com isso, a bancada democrata alcançou o total de votos para exigir a votação da proposta de abrir os arquivos de Epstein.

Arquivos cuja divulgação o governo Trump vem há meses tentando barrar, depois de a questão ter se tornado uma das principais promessas de sua campanha à reeleição, com ele chegando a considerar “muito estranho” que uma lista de clientes de Epstein nunca tivesse sido divulgada.

REVIRAVOLTA

O discurso foi mudando. Depois de a procuradora-geral de Trump, Pam Bondi, dizer que uma lista de clientes de Epstein estava em sua “mesa para ser revisada”, o Departamento de Justiça afirmou não ter encontrado provas da sua existência.

Em julho, Trump chegou a chamar uma suposta lista de clientes de Epstein de “farsa” e “bobagem”, atribuindo-a à “esquerda radical” e frustrando seus próprios apoiadores.

Segundo o Wall Street Journal, o presidente foi avisado em maio pelo Departamento de Justiça que seu nome aparecia nos documentos de Epstein. Reportagem classificada pela Casa Branca como “fake news”.

De acordo com a mídia dos EUA, caso a moção seja aprovada na Câmara, ela deveria ser barrada no Senado. Na hipótese de aprovação nas duas casas, Trump poderia vetar a proposta — só que teria que arcar com enorme desgaste político e moral.

É notório que por duas décadas Trump e Epstein frequentavam as mesmas altas em Nova Iorque e Palm Beach, havendo controvérsias sobre quando e porque se afastaram. Epstein foi acusado de abusar de mais de 250 meninas menores de idade e de operar uma rede de exploração sexual.

Segundo a acusação, o bilionário pagava para que meninas fossem até imóveis dele e realizassem atos sexuais. As menores também eram contratadas para recrutar outras garotas para a mesma finalidade.

Dezenas de mulheres acusaram Epstein de forçá-las a prestar serviços sexuais a ele e a seus convidados em uma ilha particular no Caribe, a Ilha Pedô, e nas casas que ele tinha em Nova York, na Flórida e no Novo México.

Em julho, The Wall Street Journal divulgou uma mensagem de Trump a Epstein, pelo aniversário de 50 anos do pedófilo, que era parte de um álbum comemorativo organizado por Maxwell, em 2003, datilografada dentro da silhueta de uma mulher nua desenhada a mão.

O texto termina com a frase: “Feliz aniversário — e que cada dia seja mais um maravilhoso segredo.” E a assinatura famosa “Donald” abaixo da cintura da figura. Trump processou o WSJ, chamando a carta de “uma coisa falsa”.

Posteriormente, The New York Times relatou que, uma década antes, Trump organizou uma festa cheia de mulheres jovens, em sua casa, onde Epstein era o outro único convidado.

Demolição dos serviços públicos visa privilegiar o sistema da dívida

É nos mecanismos financeiros e nos juros abusivos do Sistema da Dívida que está o verdadeiro rombo das contas públicas, e não na estrutura do Estado; no setor público que presta serviços à sociedade brasileira, que a PEC 38/2025 pretende demolir

MARIA LUCIA FATTORELLI*

Muita propaganda tem sido veiculada a respeito da nova proposta de Reforma Administrativa protocolada no Congresso Nacional – Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025 –, alardeando que ela promoveria uma modernização do Estado brasileiro. No entanto, não é isso que consta no texto da referida proposta, que representa, na prática, o risco de completo desmonte da estrutura do Estado, devido à ampliação das possibilidades de extinção de cargos e carreiras, terceirização e privatização dos serviços públicos, entregando-os à iniciativa privada, que passará a cobrar caro por todos os serviços de educação, saúde, previdência, assistência, segurança, gestão ambiental, entre outros.

Toda a estrutura do Estado que hoje conhecemos será alterada, com graves danos para a imensa maioria do povo brasileiro, que não consegue acessar esses serviços fora da estrutura pública. Nosso povo precisa de mais investimentos na estrutura do Estado: serviços públicos mais amplos e de melhor qualidade, e mais investimentos nos órgãos de fiscalização e controle, para que sejam aprofundadas as investigações destinadas a coibir fraudes, desvios e irregularidades.

O que está por trás desse desmonte é o privilégio do Sistema da Dívida, que tem consumido mais de 40% dos recursos do orçamento federal todos os anos, conforme gráfico referente ao ano de 2024: (ver gráfico ao lado)

O mais grave é que essa chamada dívida pública não tem contrapartida em investimentos no Brasil, como tem denunciado a Auditoria Cidadã da Dívida e comprovado até pelo Tribunal de Contas da União. É nos mecanismos financeiros e nos juros abusivos do Sistema da Dívida que está o verdadeiro rombo das contas públicas, e não na estrutura do Estado; no setor público que presta serviços à sociedade brasileira, que a PEC 38/2025 pretende demolir.

Se essa contrarreforma for aprovada, a parcela de recursos destinada às diversas áreas sociais diminuirá ainda mais, e o povo brasileiro vai ficar sem nada, tendo em vista que a imensa maioria da população brasileira não tem acesso a direitos sociais fora do setor público, pois não tem como adquirir esses serviços na iniciativa privada, que cobra caro porque visa o lucro.

A análise do texto da PEC 38/2025 evidencia diversos ataques aos serviços públicos, em grave prejuízo a toda a população.

Aprofundamento do arcabouço fiscal

A PEC 38/2025 acrescenta à Constituição Federal, entre outros, os artigos 28-A, 29-A e 32-A, os quais limitam o crescimento anual das despesas com pessoal nos estados, municípios e Distrito Federal ao limite infimo de 2,5% ao ano em termos reais, mesmo que a arrecadação do respectivo ente federado cresça muito mais que isso no período. Ao mesmo tempo, a proposta não impõe



qualquer limite ou controle para os crescentes gastos com as questionáveis dívidas dos estados, que já foram pagas várias vezes, arruinando as finanças públicas.

Dessa forma, a PEC 38/2025 retorna, para o patamar constitucional, o insano teto de gastos sociais que vigorava por meio da Emenda Constitucional 95/2016, e que foi mantido, com algumas alterações, por meio da Lei Complementar 200/2023, que trata do arcabouço fiscal federal. Os citados dispositivos da PEC 38/2025 (artigos 28-A, 29-A e 32-A) impõem esse rígido teto para os investimentos em funcionalismo público dos entes federados. Isso é justamente o contrário do que a população precisa, pois o atendimento às necessidades sociais está muito aquém do necessário, com cirurgias acumuladas, infraestrutura de estabelecimentos de ensino inadequadas, insuficiência de pessoal qualificado, acúmulo de trabalho para os poucos servidores existentes em diversos órgãos, a exemplo do INSS, onde a sobrecarga tem levado inúmeras pessoas ao adocimento grave e até ao suicídio, conforme dramático depoimento da servidora e diretora da Fenasps, Viviane Peres, em recente evento da ACD, além de todas as carências em investimentos em ciência e tecnologia, infraestrutura de transportes, saneamento, fiscalização ambiental, entre outras áreas sociais relevantes.

Concentração de definições na esfera federal e desrespeito ao Federalismo

A PEC 38/2025 concentra na esfera federal a definição das regras gerais para administração de pessoal de toda a administração pública direta e indireta de todos os poderes e órgãos, da União, Estados, DF e Municípios, inclusive no que se refere ao planejamento, organização, estruturação de carreiras, concursos públicos, regime e procedimentos disciplinares, aproveitamento de pessoal, políticas de remuneração, benefícios, avaliação de desempenho e reconhecimento por resultados.

Alguns entendem que essa uniformização e concentração de regras na esfera federal geraria “eficiência”, no entanto, considerando as profundas disparidades regionais e as inúmeras especificidades das diversas áreas do serviço público no Brasil, o resultado dessa unificação pode ser altamente desastroso. Adicionalmente, essa concentração na esfera federal retiraria de governadores e prefeitos a sua autonomia administrativa.

A PEC 38/2025 admite ainda que os entes federados aproveitem concurso público realizado



Foto: Vitor Solemar

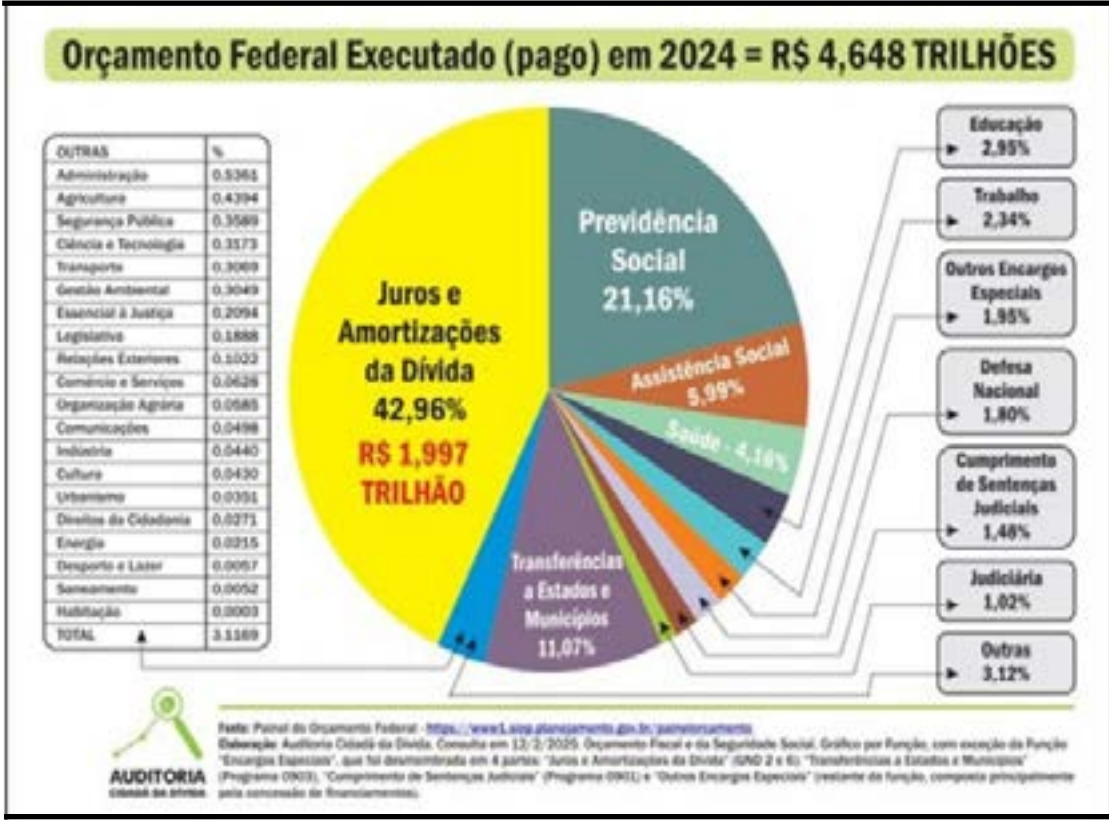


Foto: ACD/ Divulgação

de forma centralizada pela União e que utilizem tabela remuneratória única. Esses dispositivos indicam um risco de termos um “carreirão” no serviço público brasileiro, controlado por regras estabelecidas no âmbito federal. Onde estaria a eficiência disso?

E mais, a contratação de servidores públicos pode ser feita via CLT (conforme recente decisão do STF), deixando o funcionalismo público sem estabilidade, o que abre brechas para a perigosa prática de apadrinhamento político que leva o serviço público à ineficiência e até imoralidade. Será que um servidor sem estabilidade, e com risco de ser removido, punido ou demitido, aceitaria fiscalizar ou denunciar irregularidades cometidas por seu chefe ou autoridade pública, como vimos em passado recente com os casos de joias apreendidas no aeroporto de Guarulhos, e de então ministro do meio ambiente denunciado por contrabando de madeira? Ainda mais considerando que seu chefe pode ser uma pessoa de fora da carreira, ocupante de cargo em comissão? Como ficará o combate à corrupção? Não podemos admitir um retrocesso que coloque interesses particulares de governantes de plantão acima do interesse do Estado e da sociedade.

Subordinação da administração pública à lógica mercantilista

A proposta de reforma administrativa foi apresentada

em um pacote que inclui, além da PEC 38/2025, outros dois projetos de lei. Um desses projetos, institui a Lei de Responsabilidade por Resultados da Administração Pública brasileira, que praticamente equipara o Estado a uma empresa ao prever a criação de indicadores para mensurar o desempenho de órgão ou entidade pública ou de política pública, e a sua submissão ao atingimento de metas de resultado.

Há previsão ainda para a realização de avaliação periódica de desempenho de servidores, que, na prática, pode levar ao estabelecimento de metas inviáveis, o que resultaria até em demissão de servidores, conforme prevê a Constituição (art. 41 §1º, III).

O resultado da avaliação de desempenho poderia gerar premiação por meio de bônus de resultado, que a PEC 38/2025 pretende incluir no texto constitucional exclusivamente para os servidores em atividade, ferindo frontalmente o direito à paridade devida àqueles servidores públicos que durante toda a sua vida laboral pagaram contribuições social sobre o salário bruto (e continuam pagando mesmo depois de aposentados), e que ficarão excluídos do recebimento desse bônus.

A chamada “eficiência” não está demonstrada e esse discurso tenta imprimir no serviço público a lógica de mercado, esquecendo-se das funções sociais do Estado, da garantia de direitos sociais universais previstas na Constituição Federal, e da condição de profunda desigualdade social e regional

existentes no Brasil.

Risco de barbárie e aprofundamento da desigualdade social

Os autores da PEC 38/2025 não apresentaram dados ou estudos que comprovem a alegada economia de recursos públicos, caso essa PEC venha a ser aprovada.

É evidente que a supressão de cargos e carreiras e o desmonte de vários serviços públicos irá fazer desaparecer uma série de despesas públicas, porém, a que custo? Quais as consequências disso para a imensa maioria da população, que não tem acesso a serviços de saúde, educação, previdência e assistência fora do setor público? Qual seria o custo do caos, da barbárie que deixará a maioria do povo brasileiro completamente desassistida, e da vergonhosa afronta aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal, como a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III), e o compromisso com a erradicação da pobreza, da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais (Art. 3º, III)?

E mais: o que será feito com a “economia” decorrente da supressão de carreiras, cargos, serviços públicos, enfim, do desmonte da estrutura do Estado? O objetivo é fazer sobrar mais dinheiro ainda para os gastos com o Sistema da Dívida. Assim, a sociedade brasileira não terá benefício algum com essa PEC 38/2025, apenas o setor financeiro e as grandes corporações que avançam sobre a estrutura do Estado para lucrar.

Combate a privilégios e distorções existentes no serviço público

O texto da PEC 38/2025 chega a corrigir algumas distorções existentes na cúpula do poder judiciário, a exemplo da vedação de aposentadoria compulsória a magistrados como sanção pela prática de infração disciplinar e a multiplicidade de férias. No entanto, é preciso deixar claro que essas distorções estão presentes apenas em um nicho específico e precisam de fato ser corrigidas, mas não constituem, de forma alguma, a regra do setor público em geral, que a PEC 38/2025 atinge em cheio e coloca em risco de desmonte.

O Sistema da Dívida é o maior responsável pelo desmonte do Estado e precisa ser enfrentado

O desmonte do Estado e a tentativa de enfraquecer as instituições públicas para privatizá-las é o principal objetivo da PEC 38/2025 e tem sido uma ameaça presente em vários projetos. Atualmente, está em andamento no Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 8/2025, que, a pretexto de limitar o estoque da dívida pública, privilegia o mecanismo da Bolsa Banqueiro e, ainda por cima, prevê que, caso o estoque dessa dívida atinja determinado limite (o que pode ocorrer rapidamente devido às astronômicas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central), ficarão vedados concursos públicos, reajustes salariais, avanços em planos de carreira e diversos outros direitos básicos do funcionalismo público, conforme consta textualmente do referido projeto: Art. 2º No caso da inobservância de qualquer um dos limites definidos no art. 1º, serão adotadas as seguintes disposições: (...) IV – aplicam-se imediatamente as vedações previstas nos incisos I a X do art. 167-A da Constituição Federal”. Texto constante no Substitutivo mais recente, de 30/9/2025. Essa limitação submete os interesses da sociedade e as necessidades da estrutura do Estado aos privilégios do Sistema da Dívida e já representa uma parte do que a proposta de reforma administrativa pretende alcançar.

É urgente que toda a sociedade brasileira se una para impedir esse desmonte, se mobilize e lute em defesa da manutenção e melhoria dos serviços públicos e da garantia de direitos sociais. Por isso, a ACD preparou ferramentas para o envio de mensagens a parlamentares e demais autoridades, tanto contra a PEC 38/2025, como contra o PRS 8/2025. Convidamos todas as pessoas a acessar essas ferramentas na página da Auditoria Cidadã da Dívida, e enviar mensagem a todas as autoridades para repudiar essa tentativa de retirar direitos da sociedade brasileira e a demolição do Estado brasileiro.

Adicionalmente, será preciso participar das mobilizações públicas, que deram impressionante resultado recentemente, quando a chamada PEC da Blindagem foi derrotada por unanimidade no Senado. Novamente, a partir da grande mobilização que culminou na realização da grande Marcha contra a PEC 38/2025 realizada no dia 29 de outubro em Brasília, 16 (dezesesseis) parlamentares já retiraram suas assinaturas de apoio a essa proposta. O respeito aos direitos do povo só será conquistado mediante luta consciente e mobilização popular, como sempre foi ao longo da história. Faça a sua parte! Contamos com você.

*Maria Lucia Fattorelli é coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB (CBJP).

Publicado originalmente no portal Extra Classe.